

Revista

FEBASE

Federação do Setor Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Hóracio Oliveira e Pereira Gomes

Ano III
N.º 19
1,50 €
Janeiro de 2012

Terceiro Acordo Tripartido serve para **"amarrar"** o Estado



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Hóracio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Firmino Marques – SBN
Pastor Oliveira – SBSI
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Atualidade



Assinado **Acordo Tripartido** **4**

Febase ouvida no Parlamento **5**

A **opinião** dos sindicatos **6**

Perguntas & Respostas sobre implicações do Acordo **7**

Texto do 3.º Acordo Tripartido sobre **Segurança Social no setor bancário** **8**

Texto integral do Decreto-Lei n.º 127/2011 **10**

Trabalhadores do Grupo CGD decidem recorrer aos tribunais **13**

Montepio/ex-Finibanco: Pujante **jornada de luta** e de protesto **13**

BCP empenhado em **manter nível de emprego** **14**

Barclays quer reduzir custos com pessoal **14**

BPN denunciou ACT do setor **14**

CONTRATAÇÃO | Seguros
Novo CCT de Seguros: uma reflexão necessária **15**

CONTRATAÇÃO | Banca
Novas cláusulas no ACT **16**



18

| **Bancários Sul e Ilhas**



22

| **Bancários Norte**



26

| **Bancários Centro**



29

| **STAS Actividade Seguradora**



Texto: **CARLOS MARQUES**

Movimento sindical, as mudanças necessárias – parte 2

É minha sina trazer-vos, no início de cada ano, um pedaço de reflexão - assim espero - sobre o movimento sindical e os caminhos a trilhar, com vista ao aumento da sua importância junto dos trabalhadores.

Abordei, o ano passado, aquilo que são, em minha opinião, os aspetos mais frágeis da atuação sindical em Portugal, bem como apontei algumas soluções para o reforço dessa atuação. É sobre uma delas que proponho agora reter a atenção redobrada, mais que não seja pelo facto de, igualmente, estar na linha da frente da atuação dos sindicatos alemães na recuperação encetada de aumento do número de sindicalizados.

Citando o que então escrevi: – “Reforçando o trabalho sindical nos locais de trabalho, orientado por direções centrais altamente operacionais e eficientes, que procurem, por todos os meios, apoiar as equipas que se encontram nos locais de trabalho” – fim de citação.

A revista “Courier internacional”, de janeiro de 2012, traz excertos de um artigo publicado no jornal “Die Zeit”, de Hamburgo, em 24 de novembro passado, com o título “Quando o sindicato sai à rua, os trabalhadores acorrem”.

Nesse artigo são apontados como exemplos de sucesso as iniciativas levadas a cabo pela IG Metall (cerca de 2,4 milhões de associados) e pelo Verdi (sindicato do setor terciário, filiado na UNI). Essas iniciativas entroncam fundamentalmente numa mudança da forma de abordagem aos trabalhadores nos locais das empresas, utilizando equipas ditas de “organizing”, que mais não são do que especialistas em sindicalização e que, apontando as baterias a uma dada empresa, ali assentam arraiais até que sejam obtidos os objetivos antecipadamente propostos.

O modelo é copiado da realidade norte-americana, que teve a oportunidade de ver a funcionar em meados dos anos 80 do século passado, tendo na altura testemunhado a

eficácia do mesmo e a dureza da luta sindical norte-americana, na então chamada era Reagan.

Estas equipas de especialistas, que têm como objetivo inicial perceber toda a realidade da empresa e os seus principais problemas, antes de tratarem da sindicalização, fazem-no através do contacto com, pelo menos, metade dos trabalhadores, se possível em privado e em geral à noite, com uma regra fundamental: 70% de ouvinte e 30% de orador. Somente após a deteção de quais são os principais problemas e angústias dos trabalhadores é que passam para as ações em concreto, que podem passar, no exemplo escolhido, pelo simples facto do sindicalista ser portador de refeições quentes para os trabalhadores de uma empresa que, naquele momento, não dispunham de quem as confeccionasse.

Esta metodologia, da qual se cita um pequeno exemplo, traduziu-se no primeiro aumento efetivo de sindicalizados, após 22 anos em perda.

Mas não ficam por aí as mudanças encetadas pelo movimento sindical alemão, nomeadamente a IG Metall. Igualmente um segmento até agora não tratado pelos sindicatos, os estudantes, passou a ser um alvo do sindicato, tendo como lema: “...o principal local de formação já não é a empresa, mas sim a universidade”.

E assim decidiram que, até janeiro de 2012, o sindicato teria, pelo menos, 14 extensões universitárias, de forma a poder acompanhar os estudantes, desde os seus primeiros passos no mundo do trabalho, por exemplo, durante os estágios ou contratos de formação na indústria.

Todas estas iniciativas podem ser levadas a cabo pelos sindicatos portugueses, nomeadamente aqueles que têm uma consciência mais viva da realidade. Esperar para agir pode ser fatal.

Abraço e bom ano de 2012 para todos.

Transferência dos Fundos de Pensões da banca

Assinado Acordo Tripartido

A Federação do Setor Financeiro – Febase, o Governo e a Associação Portuguesa de Bancos (APB) assinaram, no dia 21 de dezembro de 2011, no Ministério das Finanças, o terceiro Acordo Tripartido sobre Segurança Social no setor bancário, que contempla a transferência dos fundos de pensões da banca para o Estado e a integração na esfera da Segurança Social dos atuais reformados e pensionistas

TEXTOS: **ELSA ANDRADE**



Terceiro Acordo Tripartido foi assinado em 21 de dezembro

“Estão assegurados os direitos dos pensionistas abrangidos por este acordo”, garantiu Rui Riso, vice-secretário-geral da Febase e presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), em declarações à comunicação social no final da cerimónia de celebração do 3.º Acordo Tripartido.

O Acordo Tripartido sobre Segurança Social no setor bancário foi celebrado entre a Febase – em representação dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas – o Governo, representado pelo secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, e a APB, nas pessoas do seu presidente, António de Sousa, e do secretário-geral, Mendes Rodrigues.

Na cerimónia estiveram presentes elementos dos Corpos Gerentes dos três Sindicatos dos Bancários, o secretário-geral da Febase, Carlos Marques, dirigentes da UGT como o secretário-geral João Proença, e representantes das Instituições de Crédito signatárias.

“Este acordo só foi possível assinar pelo grande sentido de responsabilidade manifestado pelos sindicatos, nomeadamente pelos Sindicatos dos Bancários da Febase”, frisou Rui Riso.

O vice-secretário-geral da Febase lembrou que neste processo o Governo primeiro chegou a acordo com a banca, faltando então resolver a parte dos interesses dos trabalhadores.

“Através do Acordo Tripartido entendemos que ficaram devidamente salvaguardados todos os direitos dos tra-

balhadores que são abrangidos por este protocolo, nomeadamente ficou assegurado o mesmo rendimento, ou seja, o recebimento dos 14 meses anuais, tal como está contratualizado nos instrumentos de regulamentação coletiva”, esclareceu Rui Riso.

Refira-se que são abrangidos por este Acordo Tripartido cerca de 27 mil reformados e pensionistas inscritos na antiga CAFEB. O protocolo celebrado diz respeito aos fundos de pensões de 18 Instituições de Crédito, entre os quais os dos principais bancos privados portugueses.

Estado tem de cumprir Acordo

Interrogado pelos jornalistas após a assinatura do Acordo sobre o facto de a verba dos fundos de pensões ir ser utilizada para cobrir o défice e outras despesas do Estado e, mais tarde, poder não haver dinheiro para pagar as pensões, Rui Riso admitiu que essa hipótese “naturalmente preocupa os sindicatos”, mas, adiantou, “ficou claro neste Acordo Tripartido e, presumimos, ficará também claro no decreto-lei que regulamenta esta integração, que efetivamente isso não é posto em causa”.

“O problema da Segurança Social é que é sobretudo solidária: trabalham uns para outros receberem. No caso concreto dos fundos de pensões da banca não é assim. Os recursos que passaram para o Estado correspondem à responsabilidade total daquelas pensões

por 14 meses. Aquilo que vai acontecer no futuro é que o Estado vai ter de devolver por ano cerca de 500 milhões de euros para pagar as pensões dos reformados. Não admitimos que o Estado não cumpra aquilo que assinou e que são suas obrigações”, afirmou Rui Riso.

O vice-secretário-geral da Febase frisou que os Sindicatos acreditam que o Estado português é um Estado de Direito e respeitará o compromisso assumido. “Queremos acreditar que o futuro não seja tão dramático como os momentos que estamos a viver, mas naturalmente não abdicaremos na altura, se for caso disso, de recorrer às instâncias próprias para dirimir eventuais conflitos. O que ficou hoje claro é que os trabalhadores abrangidos não vão ter diminuição no valor da pensão enquanto tiverem direito a ela, ou seja, enquanto forem vivos. E é isso que nós esperamos que o Estado cumpra”, disse na ocasião.

Discussão em breve sobre CGD e IFAP

“Aquilo que agora subscrevemos terá de servir de base à próxima discussão, que terá lugar muito em breve, relativamente aos outros trabalhadores do setor, nomeadamente os da CGD, do ex-BNU e do IFAP, que não são abrangidos por este protocolo. Relativamente a esses trabalhadores, a questão do recebimento dos 14 meses anuais tem de ser discutida”, disse o representante da Febase, acrescentando:

“Uma coisa fica desde já clara: os fundos de pensões estão provisionados para uma responsabilidade de 14 meses. E assim estavam também os fundos de pensões da CGD e do ex-BNU. Por consequência, entendemos ser de toda a justiça que haja também a garantia desse pagamento no futuro a esses trabalhadores”.

Rui Riso não quis considerar sequer a questão de que tal pagamento não venha a ser feito, considerando que “Portugal é um Estado de Direito, que tem instâncias próprias para resolver esses conflitos: ou são resolvidos através da negociação ou das instâncias próprias. E naturalmente que se estiverem em causa os direitos dos trabalhadores iremos até ao fim, recorrendo a todas as instâncias, inclusive os tribunais. Mas esperemos que não seja necessário, pois quando os tribunais decidissem já teriam passado quatro ou cinco anos”.

Respondendo aos jornalistas, o vice-secretário-geral da Febase frisou que os sindicatos querem que todos os trabalhadores e reformados bancários recebam os 14 meses anuais a que têm direito.

“Por isso tem de ser feita a avaliação desses fundos de pensões: em que circunstâncias estavam e que cobertura tinham quando passaram para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Esse grau de cobertura tem de ser aplicado e extrapolado, à semelhança do que se fez com o Acordo Tripartido. A nossa expectativa é que os reformados e pensionistas da CGD recebam os 14 meses, tal como os que são abrangidos por este acordo”, adiantou.

Sindicatos só foram chamados no fim

Na ocasião, o secretário de Estado da Administração Pública recordou as dificuldades que um acordo deste âmbito envolveu, salientando o espírito de diálogo, cooperação e criatividade de todas as partes e a transparência do processo.

Hélder Rosalino frisou as diferenças deste terceiro Acordo relativamente aos anteriores, nomeadamente por se exigir a transferência de ativos.

O secretário de Estado justificou dessa forma o facto de a primeira parte desta negociação ter sido bipartida, entre o Governo e a banca, sem envolver os sindicatos, que foram chamados mais tarde, quando se tratou de “discutir os direitos dos trabalhadores”.

Hélder Rosalino admitiu que este Acordo, além de prosseguir o objetivo de integração de todo o universo de

trabalhadores bancários na Segurança Social, tinha outras motivações, nomeadamente “cobrir os desvios identificados para o cumprimento da meta do défice” e “disponibilizar recursos adicionais para a economia”, o que considerou “vital para o País”.

Prejuízos da banca

Por sua vez, falando no final da cerimónia o presidente da APB considerou este Acordo “bem-vindo”, mas salientou que devido à operação “a banca registará prejuízos muito significativos este ano e será afetada nos capitais próprios”.

António de Sousa lamentou assim que esta operação de transferência tenha ocorrido nesta fase, em que os ativos não estão tão valorizados, mas a banca “atendeu à necessidade do País e cooperou”, disse.

Manutenção dos direitos

O Acordo Tripartido sobre Segurança Social no setor bancário refere, nomea-

damente, que “o Governo decidiu aprovar diploma legal com vista à integração na esfera da Segurança Social dos atuais reformados e pensionistas que se mantêm no regime de segurança social substitutivo constante dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho vigentes no setor bancário”.

Assim, “esta integração faz-se sem prejuízo da manutenção dos direitos adquiridos pelos pensionistas e reformados relativamente às eventualidades integradas, direitos adquiridos esses cujos termos e condições são os que resultam do estabelecido por aqueles instrumentos de regulamentação coletiva”, lê-se no 3.º Acordo Tripartido.

“Para assegurar a referida manutenção dos direitos adquiridos, é transmitida a titularidade da parte do património dos fundos de pensões necessária à satisfação das responsabilidades ora transferidas”, diz o Acordo, acrescentando: “Esta transferência é, assim, realizada no pressuposto da manutenção daqueles direitos, pressuposto esse que é essencial para a formação da vontade das partes”. ■

Transferência dos fundos de pensões

Febase ouvida no Parlamento

A Febase foi ouvida na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças no dia 11 de janeiro, no âmbito da transferência de parte dos fundos de pensões da banca para o Estado.

As perguntas dos deputados centraram-se em duas grandes áreas: na forma como decorreu o processo e nas reservas da parte dos fundos de pensões que passam para o Estado.

No que se refere ao processo de transferência, Rui Riso, que liderou a delegação da Febase, afirmou claramente que os sindicatos tiveram um tratamento desadequado, por considerar que deveriam ter participado nas negociações desde o início.

Neste contexto, declarou também que só foi possível celebrar o Acordo Tripartido dado o elevado sentido de responsabilidade dos sindicatos da Febase, que entenderam ser indispensável plasmar, quer no Acordo quer no decreto-lei, a defesa intransigente dos direitos dos reformados bancários consagrados na contratação coletiva.

Respondendo às questões levantadas pelos deputados relativas às reservas de parte dos fundos de pensões da banca transferidas para o Estado, Rui Riso declarou que tal implica a assunção de todas as responsabilidades inerentes.

O porta-voz da Febase na comissão parlamentar afirmou ainda que o terreno de intervenção dos sindicatos são os direitos dos trabalhadores, e não tanto o local onde estão sedeados os fundos de pensões.

Perante os deputados, Rui Riso frisou claramente que a Febase só assinou o Acordo Tripartido por ter plena convicção de que o Estado honrará os compromissos agora assumidos.

Aliás, algumas indefinições que têm surgido relativamente à transferência para o Estado de outros fundos de pensões provam a importância da existência de acordos tripartidos clarificadores dos direitos dos beneficiários dos fundos.

Além de Rui Riso (SBSI), integraram a delegação da Febase Teixeira Guimarães (SBN) e Aníbal Ribeiro (SBC), acompanhados ainda por Paulo Alexandre e José Pastor Oliveira (ambos do SBSI) e Vitorino Ribeiro (SBN).

A opinião dos sindicatos

Os principais dirigentes dos três sindicatos signatários do terceiro Acordo Tripartido sobre Segurança Social no setor bancário explicam a principal vantagem deste texto, respondendo à questão colocada pela revista "Febase":

"Qual a importância deste Acordo para os reformados do seu Sindicato?"



Manuel Pereira Gomes
Vice-presidente da Direção do SBN

"Este Acordo é extremamente importante porque os reformados do SBN, bem como os dos outros sindicatos, pois estarão mais seguros na Segurança Social do que efetivamente estavam no fundo de pensões de cada banco. Penso que é um passo dado para a segurança das reformas de todos os bancários que estavam inscritos na CAFEB."



Carlos Silva
Presidente da Direção do SBC

"Para os reformados do SBC e para todos os reformados do setor bancário este Acordo é importantíssimo porque vem pôr ponto final a duas angústias que os bancários tinham há muitos anos. A primeira é que o facto de agora estarem integrados no regime geral da Segurança Social poderá condescender quanto à forma como no futuro se alavancará o pagamento em definitivo das pensões enquanto forem vivos, deixando de viver constantemente na instabilidade dos fundos de pensões e da sua gestão – como vimos ao nível dos mercados mundiais, muitos deles faliram; a segunda é que, em relação aos restantes pensionistas da Segurança Social, enquanto este Governo decretou a retirada de alguns subsídios, a negociação

coletiva do setor bancário liderada pelos sindicatos da Febase veio pôr um ponto final em relação às dúvidas que existiam quanto à capacidade de intervenção dos nossos sindicatos. Esses subsídios, independentemente da indexação dos aumentos salariais ao ACT do setor bancário, mantêm-se na íntegra como direitos adquiridos respeitados no decreto-lei e no Acordo Tripartido."



Carlos Marques
Secretário-geral da Febase

"Constitui um capítulo de extrema importância para a Febase, e em particular para o seu secretário-geral, ter podido participar na recente assinatura do Acordo Tripartido sobre a integração dos fundos de pensões da banca no sistema de Segurança Social.

Embora tardia, por vontade alheia à Febase, a participação desta Federação em representação dos sindicatos bancários que a compõem veio, mesmo assim, aumentar os níveis de garantismo e de segurança, numa altura em que, infelizmente, milhões de reformados sofrem na pele a iniquidade de medidas como aquelas que estão contempladas no Orçamento do Estado para 2012."



Mário Mourão
Presidente da Direção do SBN

"Considero que o Acordo alcançado salvaguarda os direitos dos reformados bancários, e no respeito pelas regras do ACT e IRCT, o que sempre foi a preocupação dos sindicatos. Julgo que é importante referir que a transferência dos fundos de pensões resultou de um decreto-lei, que produziria efeitos com acordo ou sem ele. A referência na lei ao Acordo Tripartido é, sem dúvida, o reconheci-

mento das partes do valor das responsabilidades que foram transferidas para o Estado, incluindo o 13.º e o 14.º mês".



Anibal Ribeiro
Vice-presidente da Direção do SBC

"Este Acordo é importante para os reformados abrangidos porque salvaguarda os direitos adquiridos constantes dos IRCT. Não tenho dúvidas em afirmar que as pensões destes reformados estão até mais protegidas, pois são pagas por duas entidades: a Segurança Social e os bancos, que mantêm responsabilidades em algumas eventualidades. Os reformados do SBC cujos fundos de pensões foram transferidos para a Segurança Social têm manifestado o seu total apoio à forma como as Direções sindicais conduziram o processo, pois sabiam que o Governo, em acordo com a banca, poderia realizar a operação. A intervenção dos sindicatos permitiu salvar os seus direitos".



Horário Oliveira
Vice-presidente da Direção do SBSI

"Este Acordo representa fundamentalmente a garantia de que os reformados, por força da intervenção dos sindicatos, vão ver salvaguardados os seus direitos e os seus interesses, de acordo com os diversos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT). Isso é extremamente importante porque poderia estar aqui em causa eventualmente uma perda de direitos que, com a intervenção dos sindicatos da Febase, nomeadamente do SBSI, do SBN e do SBC – ficaram salvaguardados. Ou seja, os reformados mantêm as mesmas garantias que tinham com os fundos de pensões, o que para os sindicatos é muitíssimo importante." ■

Perguntas & Respostas sobre implicações do Acordo

Respostas às dúvidas mais frequentes sobre as implicações para os reformados do terceiro Acordo Tripartido sobre Segurança Social no setor bancário

P – Com a transferência dos fundos de pensões da banca para o Estado vou deixar de receber o subsídio de Natal e o 14.º mês?

R – Não. Quer o Decreto-Lei (D/L), quer o Acordo Tripartido são claros sobre essa matéria: os reformados e pensionistas abrangidos vão continuar a receber o 14.º mês e o subsídio de Natal.

P – As pensões vão passar a ser atualizadas de acordo com os critérios da Segurança Social ou de acordo com a negociação coletiva?

R – A atualização dos valores das pensões continuará a ser feita como até aqui, ou seja, de acordo com a atualização resultante das negociações dos sindicatos com os representantes dos bancos.

P – A partir de janeiro será a Segurança Social a pagar as pensões?

R – Não. A partir de janeiro as pensões serão pagas pelos bancos, como até aqui.

P – Se a Segurança Social reduzir o valor das pensões, a dos bancários também será reduzida?

R – Não. Os fundos de pensões que transitam para o Estado preveem a responsabilidade futura de acordo com a contratação coletiva – e o Acordo Tripartido, bem como o D/L, são claros, definindo que no futuro não poderá haver diminuição do rendimento.

P – Quem tem a responsabilidade pelo pagamento aos SAMS das contribuições das entidades patronais?

R – Os fundos de pensões da banca, que estão devidamente provisionados para esse efeito.



P – A comunicação social tem afirmado frequentemente que esta operação, no futuro, custará cerca de 500M/ano aos contribuintes portugueses. É verdade?

R – Não. A operação transfere cerca de 6.000M para o Estado, que "devolverá" cerca de 500M/ano aos reformados e pensionistas bancários.

P – Tem sido noticiado que a responsabilidade é de 12 anos. Passados esses 12 anos, de onde virá o dinheiro para pagar as pensões?

R – Essa é uma conta muito simplista e respeita apenas a uma média (6.000M/500M=12). Na verdade, se no primeiro ano a "devolução" está estimada em 500M, nos anos seguintes o valor da "devolução" irá ser menor, pelo que estão garantidas as pensões, tal como hoje.

P – No ponto 2 do Acordo Tripartido refere-se que o valor da pensão de

reforma não pode ser diminuído, salvo nos casos em que a sua fixação tenha sido ao abrigo de uma carreira com menos de 35 anos de serviço ao atingir 65 anos ou em reforma antecipada. Quais as condições em que isso pode acontecer?

R – Se à data de 31/12/2011 estava reformado há mais de 34 meses este ponto não se lhe aplica, uma vez que a sua pensão já está totalmente fixada. Caso contrário, a sua pensão irá ter em conta todos os anos de trabalho, recebendo uma pensão em função dos anos de trabalho e correspondente às percentagens aplicáveis fixadas no Anexo V ou equivalente.

P – Tenho uma pensão da Segurança Social. O que vai acontecer?

R – Se essa pensão foi adquirida por trabalho prestado fora do setor bancário continuará a recebê-la, tal como até agora, salvo se esse tempo contou para os anos de serviço na banca. ■

Texto do 3.º Acordo Tripartido sobre Segurança Social no setor bancário



O Conselho Geral da Febase autorizou os seus dirigentes, em 13 de dezembro, a assinarem o 3.º Acordo Tripartido

Entre o Estado Português, através do Ministério da Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos, em representação das Instituições de Crédito constantes do Anexo ao presente Acordo, do qual faz parte integrante, e a FEBASE – Federação do Sector Financeiro, em representação do Sindicato dos Bancários do Centro, do Sindicato dos Bancários do Norte e do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, adiante designados conjuntamente por Partes, é celebrado o seguinte Acordo:

A – Em 17 de novembro de 2008 foi celebrado um Acordo Tripartido entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas, determinando que “aos trabalhadores a admitir no Sector Bancário a partir da data de entrada em vigor de diploma legal seria obrigatoriamente aplicável o Regime Geral de Segurança Social”, que respondeu ao Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, que entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

B – Este regime possibilitou que, em relação aos trabalhadores do sector bancário admitidos a partir de 3 de março de 2009, se desse um passo no sentido do cumprimento do disposto no artigo 102.º das Bases da Segurança Social, aprovadas pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, quanto à concretização da integração no sistema previdencial dos grupos socioprofissionais parcialmente abrangidos pelo sistema de Segurança Social.

C – Em prossecução do objetivo de harmonização do sistema de proteção social dos trabalhadores bancários com o regime geral de Segurança Social, em 20 de outubro de 2010 foi firmado o 2.º

Acordo Tripartido entre as mesmas entidades, que permitiu a integração parcial no regime geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários no ativo admitidos antes de 3 de março de 2009, anteriormente abrangidos pela CAFEB (Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários), tendo sido concretizada essa integração pelo Decreto-Lei n.º I-N2011, de 3 de janeiro, que entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação mas produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2011.

D – Com este diploma, procedeu-se assim à integração no regime geral de Segurança Social, para algumas eventualidades, dos trabalhadores bancários no ativo, ainda abrangidos por regimes de segurança social substitutivos daquele regime geral. Contudo, esta integração apenas teve efeitos para o futuro, mantendo-se as responsabilidades das instituições de crédito, através dos respectivos fundos de pensões, pelo pagamento das pensões já formadas e dos complementos devidos por força da aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do sector.

E – Ainda em prossecução dos mesmos objetivos, o Governo decidiu aprovar di-

ploma legal com vista à integração na esfera da Segurança Social dos atuais reformados e pensionistas que se mantêm no regime de segurança social substitutivo constante dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho vigentes no sector bancário.

F – Esta integração faz-se sem prejuízo da manutenção dos direitos adquiridos pelos pensionistas e reformados relativamente às eventualidades integradas, direitos adquiridos esses cujos termos e condições são os que resultam do estabelecido por aqueles instrumentos de regulamentação coletiva.

G – Para assegurar a referida manutenção dos direitos adquiridos, é transmitida a titularidade da parte do património dos fundos de pensões necessária à satisfação das responsabilidades ora transferidas.

H – Esta transferência é, assim, realizada no pressuposto da manutenção daqueles direitos, pressuposto esse que é essencial para a formação da vontade das Partes.

Assim, as Partes acordam no seguinte:

1 – A responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de dezem-

bro de 2011, previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário, será assumida, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, pela Segurança Social.

2 – A Segurança Social assume, a partir de 1 de janeiro de 2012, a responsabilidade relativa ao pagamento das pensões dos reformados e pensionistas referidas no número anterior, resultantes da aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva vigentes no sector à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos, condições, montantes e datas neles previstas, incluindo os valores relativos aos montantes referentes ao subsídio de Natal e ao 14.º mês, não podendo, em qualquer caso, resultar diminuição destas pensões, salvo, nos termos previstos nos vários instrumentos de regulamentação coletiva vigentes no sector, quanto ao cálculo de pensões de reformados com número de anos completos de serviço inferior a 35, situações em que a percentagem de cálculo estabelecida é aplicável ao respetivo número de anos de serviço, e sempre sem prejuízo de eventuais montantes a abater referentes a pensões a pagar pela CGA ou pela

Segurança Social, nos termos previstos nos referidos instrumentos de regulamentação coletiva.

3 – A responsabilidade da Segurança Social referida nos números anteriores é assumida com salvaguarda dos direitos adquiridos nos termos e condições estabelecidos por aqueles instrumentos.

4 – A titularidade do património dos fundos de pensões das respetivas Instituições de Crédito, na parte afeta à satisfação da responsabilidade pelas pensões referidas nos números anteriores será transmitida para o Estado.

5 – As Instituições de Crédito, através dos respectivos fundos de pensões, mantêm a responsabilidade pelo pagamento:

- 5.1. das atualizações do valor das pensões referidas no n.º 1, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do sector aplicáveis;
- 5.2. das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), geridos pelos respetivos Sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos

previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;

- 5.3. do subsídio por morte;
- 5.4. da pensão de sobrevivência a filhos;
- 5.5. da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador;
- 5.6. da pensão de sobrevivência diferida (pensão devida a familiar de atual reformado cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012).

6 – A assunção pela Segurança Social da responsabilidade prevista no presente Acordo não abrange os benefícios complementares da Segurança Social, quando a eles haja lugar, os quais se mantêm sem alteração.

7 – As Instituições de Crédito, através dos respetivos fundos de pensões, mantêm a responsabilidade pelo pagamento das pensões que resultem de quaisquer planos de pensões complementares ao regime substitutivo a que se refere o n.º 1.

8 – Sem prejuízo do referido no n.º 5, a transferência das verbas referidas no n.º 4 determina a extinção definitiva e irreversível das responsabilidades das Instituições de Crédito para com os reformados e pensionistas, assumidas pela Segurança Social nos termos do presente Acordo.

9 – As pensões devidas aos reformados e pensionistas previstas no âmbito deste Acordo são processadas pelas Instituições de Crédito, que actuam como representantes da Segurança Social na responsabilidade que a esta compete nos termos do n.º 2.

10 – A Segurança Social assegura a entrega às Instituições de Crédito dos montantes das prestações por si devidas.

11 – Mantêm-se os direitos e obrigações de natureza previdencial e de segurança social constantes dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho vigentes no sector bancário para os participantes e beneficiários dos fundos de pensões que não sejam abrangidos pelo presente Acordo (trabalhadores no activo após 31 de dezembro de 2011). ■

Texto integral do Decreto-Lei n.º 127/2011 sobre transmissão dos fundos de pensões da banca

Procede à transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS Decreto-Lei n.º 127/2011 de 31 de dezembro

O Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, determinou a inscrição dos novos trabalhadores bancários no regime geral de Segurança Social, dando um passo decisivo na concretização da integração no sistema previdencial dos grupos sócio-profissionais parcialmente abrangidos pelo sistema de segurança social.

Na sequência do referido diploma, o Decreto-Lei n.º 1 -A/2011, de 3 de janeiro, aprofundou o processo de integração dos trabalhadores do setor bancário no regime geral de Segurança Social, concretizando o acordo celebrado, em 20 de outubro de 2010, entre o Governo, através do então Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos, em representação das Instituições de Crédito, e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), procedendo à integração no regime geral de Segurança Social, para algumas eventualidades, dos trabalhadores bancários no ativo, ainda abrangidos por regimes de segurança social substitutivos daquele regime geral.

Esta integração representou um importante passo na harmonização do sistema de proteção social dos trabalhadores bancários com o regime geral de Segurança Social, e na concretização dos princípios de convergência e universalização dos regimes de proteção social públicos, previstos nas Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, aprovadas pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro. Tal processo apenas produziu efeitos para o futuro, tendo-se mantido as responsabilidades das Instituições de Crédito, através dos respetivos fundos de pensões, pelos pagamentos devidos por força da aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor.

Assim, em prossecução dos mesmos objectivos, pretende-se agora proceder à definição das condições de transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontram no regime de segurança social substitutivo constante dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho vigentes no setor bancário, prevendo-se a transmissão para a Segurança Social das responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência e a manutenção da responsabilidade das Instituições de Crédito, através dos respetivos fundos de pensões, do pagamento das atualizações do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social, da contribuição para os Serviços de Assistência Médico-Social sobre as pensões de reforma e sobrevivência, do subsídio por morte, da pensão de sobrevivência a filhos, da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012 (pensão de sobrevivência diferida).

Para pagamento das responsabilidades assumidas pela Segurança Social são transmitidos para o Estado ativos dos fundos de pensões em causa, de acordo com os prazos e valores definidos no âmbito do processo de audição que envolveu o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e as Instituições de Crédito, tendo sido baseado em pressupostos consistentes e respeitando as melhores práticas, que permitiram acautelar devidamente os interesses financeiros do Estado e, em especial, da Segurança Social nesta operação, bem como o rigoroso respeito pelos direitos adquiridos pelos pensionistas e reformados nos termos e condições daqueles instrumentos de regulamentação coletiva, relativamente às prestações transferidas, nos termos dos artigos 5.º e 20.º das Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, aprovadas pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro.

Foram ouvidas as estruturas patronais e sindicais representativas do sector bancário, tendo sido celebrados Acordos

Tripartidos entre o Governo, através do Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos, em representação das Instituições de Crédito constantes do anexo ao presente diploma, e as Federações Sindicais que representam os trabalhadores do setor, através do qual foi expressa a concordância quanto aos termos e condições da transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas integrados no regime de segurança social substitutivo constante dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho vigentes no setor bancário. O presente diploma foi, ainda, objeto de apreciação pública, tendo sido publicado na separata n.º 5 do *Boletim do Trabalho e Emprego* de 9 de dezembro de 2011.

O Banco de Portugal e o Instituto de Seguros de Portugal acompanharam tecnicamente o processo de audição desenvolvido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e as Instituições de Crédito, no quadro das responsabilidades de regulação e supervisão que lhes estão cometidas.

Assim:
Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I Disposições gerais

Artigo 1.º Objecto

1 — O presente diploma visa promover:

- a) A assunção, pela Segurança Social, da responsabilidade pelas pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário;
- b) A transmissão para o Estado da titularidade do património dos fundos de pensões, na parte afeta à satisfação da responsabilidade pelas pensões referidas na alínea anterior;
- c) Os termos do financiamento pelo Estado da responsabilidade pelas pensões referidas.

2 — Para efeitos do presente diploma, entende-se por regime de segurança

social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no setor bancário o regime aplicável aos reformados, pensionistas e trabalhadores à data da integração destes últimos no regime geral de Segurança Social, operada pelo Decreto-Lei n.º 1 -A/2011, de 3 de janeiro.

Artigo 2.º Âmbito subjetivo

São abrangidos pelo presente diploma:
a) Os reformados e pensionistas integrados no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente para o setor bancário, que se encontrem nessas condições à data de 31 de dezembro de 2011;

b) Os bancos e outras instituições de crédito abrangidos pelos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho que prevejam regime de segurança social substitutivo, e que se encontram identificadas no anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante, adiante designados por Instituições de Crédito.

CAPÍTULO II Responsabilidade da Segurança Social, do Estado, das Instituições de Crédito

Artigo 3.º Responsabilidade da Segurança Social e do Estado

1 — A responsabilidade pelas pensões a pagamento em 31 de dezembro de 2011 e previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário, é assumida pela Segurança Social.

2 — A Segurança Social é responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões referidas no número anterior, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14.º mês.

3 — A responsabilidade da Segurança

Social, referida nos números anteriores, é assumida com salvaguarda dos direitos adquiridos nos termos e condições estabelecidos nos mencionados instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, garantindo o Estado a manutenção integral das prestações em causa.

4 — O Estado é responsável pelo financiamento das pensões a que se refere o n.º 1, incluindo os encargos administrativos, devendo para tanto transferir para a Segurança Social os respetivos montantes.

5 — A transferência a que se refere o número anterior constitui uma dotação específica, não incluída nas dotações previstas na Lei de Bases da Segurança Social.

Artigo 4.º Responsabilidade das Instituições de Crédito

1 — As Instituições de Crédito, através dos respetivos fundos de pensões, mantêm a responsabilidade pelo pagamento:

- a) Das atualizações do valor das pensões referidas no artigo 3.º, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- b) Das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), geridos pelos respetivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- c) Do subsídio por morte;
- d) Da pensão de sobrevivência a filhos;
- e) Da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador;
- f) Da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012.

2 — A responsabilidade assumida pela Segurança Social através do presente diploma não abrange os benefícios complementares à Segurança Social, quan-

do a eles haja lugar, os quais se mantêm sem alteração.

CAPÍTULO III Transferência de valores dos fundos de pensões

Artigo 5.º Transferência da titularidade de ativos dos fundos de pensões

1 — A titularidade dos ativos dos fundos de pensões das respetivas Instituições de Crédito, na parte afeta à satisfação da responsabilidade pelas pensões referidas no artigo 3.º, é transmitida para o Estado.

2 — A transmissão efetuada nos termos do número anterior é realizada como contrapartida e para tornar possível o cumprimento das obrigações assumidas pela Segurança Social nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º

Artigo 6.º Termos e condições das transferências de ativos

1 — O valor dos ativos dos fundos de pensões a transmitir para o Estado deve ser igual ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o disposto no presente diploma, e é determinado nos termos dos números seguintes, tendo em conta os seguintes pressupostos:

- a) Taxa de desconto: 4%;
 - b) Tábuas de mortalidade, nos termos da regulamentação definida pelo Instituto de Seguros de Portugal: população masculina: TV 73/77 menos 1 ano; população feminina: TV 88/90.
- 2 — O valor atual das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o disposto no presente diploma é apurado da seguinte forma:
- a) As Instituições de Crédito procedem a um apuramento provisório, reportado a 31 de dezembro de 2011, e comunicam esse valor ao Ministério das Finanças até 15 de dezembro de 2011;
 - b) O valor definitivo é determinado por uma entidade independente a contratar pelo Ministério das Finanças, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 — Se entre os valores provisórios e o apuramento efetuado pela entidade re-

► ferida na alínea *b*) do número anterior existir uma diferença superior a 0,5%, a fixação do valor definitivo das responsabilidades é realizada por uma entidade independente escolhida por acordo entre a Instituição de Crédito e o Ministério das Finanças, sendo a remuneração dessa entidade independente repartida em partes iguais entre a Instituição de Crédito e o Ministério das Finanças.

4 — Os ativos a transmitir nos termos do artigo anterior podem ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos ativos a transmitir, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respetivo valor de mercado, apurado com referência à média dos três dias úteis imediatamente anteriores à data da transmissão, com base nos métodos de cálculo habitualmente utilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.

5 — A transmissão da titularidade dos ativos é realizada pelas Instituições de Crédito nos seguintes termos:

a) Até 31 de dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor atual provisório das responsabilidades, apurado nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do presente artigo;

b) Até 30 de junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor atual definitivo das responsabilidades, apurado nos termos da alínea *b*) do n.º 2.

6 — Se à data da realização da transmissão prevista na alínea *b*) do número anterior ainda não estiver apurado o valor atual definitivo das responsabilidades assumidas pela Segurança Social, as Instituições de Crédito transmitem os ativos no valor necessário para completar 95% do valor atual provisório das responsabilidades apurado nos termos da alínea *a*) do n.º 2, sendo realizado o acerto final no prazo de 30 dias após a determinação daquele valor definitivo.

7 — As operações de transferência dos ativos dos fundos de pensões são coordenadas pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.

Artigo 7.º
Extinção das responsabilidades das Instituições de Crédito

A transferência dos montantes a que se refere o artigo 5.º determina a extinção definitiva e irreversível das responsabilidades das Instituições de Crédito para com os reformados e pensionistas, assumidas pela Segurança Social e pelo Estado nos termos do presente diploma,

assegurando este a integral cobertura dessas responsabilidades.

CAPÍTULO IV
Normas procedimentais

Artigo 8.º
Pagamento das pensões

1 — Compete ao Instituto da Segurança Social, I. P., através do Centro Nacional de Pensões, assegurar o pagamento das pensões referidas no artigo 3.º

2 — As pensões referidas no número anterior são processadas pelas Instituições de Crédito aos respetivos titulares, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., transfere, antecipadamente, para as Instituições de Crédito os montantes correspondentes às pensões devidas nos termos do n.º 1.

4 — Para cumprimento do disposto no número anterior, o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P., transfere, antecipadamente, para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., o valor correspondente aos encargos apurados.

5 — A operacionalização do disposto nos n.ºs 1 a 3 é feita nos termos de protocolo a celebrar entre o Instituto da Segurança Social, I. P., o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., e as Instituições de Crédito.

CAPÍTULO V
Disposições finais

Artigo 9.º
Tratamento fiscal das operações de transmissão

Aos gastos e variações patrimoniais negativas registados em consequência da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social no âmbito do presente diploma, que não tenham sido deduzidos em períodos de tributação anteriores, é aplicável o disposto no n.º 12 do artigo 18.º do Código do IRC, sendo os mesmos considerados dedutíveis para efeitos de apuramento do lucro tributável, em partes iguais, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012 em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas arredondado para a unidade mais próxima.

Artigo 10.º
Imperatividade

O disposto no presente diploma tem natureza imperativa, não podendo ser afastado por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

Artigo 11.º
Manutenção de direitos e obrigações

Mantêm-se os direitos e obrigações de natureza previdencial dos participantes e beneficiários dos fundos de pensões que não sejam abrangidos pelo presente diploma.

Artigo 12.º
Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos a partir da data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de dezembro de 2011. — *Pedro Passos Coelho* — *Vítor Louçã Rabaça Gaspar*.

Promulgado em 31 de dezembro de 2011. Publique-se.
O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.
Referendado em 31 de dezembro de 2011. O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO
[a que se refere a alínea *b*) do artigo 2.º]
Barclays Bank PLC — Sucursal em Portugal;
BANIF — Banco Internacional do Funchal, S. A.;
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.;
Banco BPI, S. A.;
Banco Português de Investimento, S. A.;
Banco do Brasil AG — Sucursal em Portugal;
Banco Espírito Santo, S. A.;
Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.;
Banco Espírito Santo dos Açores, S. A.;
Banco Credibom, S. A.;
Banco Popular Portugal, S. A.;
Banco Santander Totta, S. A. — fundo de pensões do ex-Crédito Predial Português e do ex-Banco Santander Portugal;
BNP Paribas, S. A. — Sucursal em Portugal;
Caixa Económica Montepio Geral;
Banco Comercial Português, S. A.;
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.;
Banco Activobank (Portugal), S. A.;
UNICRE — Instituição Financeira de Crédito, S. A.

Diário da República, 1.ª série — N.º 250-A — 31 de dezembro de 2011

Contra o corte nos subsídios de férias e Natal

Trabalhadores do Grupo CGD decidem recorrer aos tribunais

Mais de mil trabalhadores do Grupo CGD estiveram reunidos em Lisboa para debater as medidas a tomar contra o corte nos subsídios de férias e Natal, tendo decidido recorrer aos tribunais. Manifestaram-se ainda dispostos a encetar outras formas de luta, inclusive a greve. Reunião idêntica está agendada para o Porto

TEXTO: **INÉS F. NETO**

A reunião de trabalhadores da área metropolitana de Lisboa do Grupo CGD, que se realizou dia 10 no auditório da Culturgest, em Lisboa, registou uma participação maciça, tendo contado com a presença de mais de mil pessoas, muitas delas concentradas cá fora por a sala ter esgotado a lotação.

O encontro teve como objetivo discutir formas de protesto contra as medidas do Orçamento do Estado para 2012 (OE2012), que agravam ainda mais as dificuldades dos trabalhadores do Grupo.

O plenário, que envolveu trabalhadores e reformados do Grupo – banca e seguros – foi promovido por uma comissão conjunta de estruturas do Grupo, que inclui Sindicatos e Comissões de Trabalhadores (CT). Entre os primeiros encontram-se o SBSI, SBN, SBC, STAS, SISEP (representados pela Febase), STEC, SINAPSA e SINTAF; das

CT estão representadas as da CGD, Fidelidade Mundial, Império Bonança e Cares.

A reunião teve início com as intervenções de cada um dos representantes das estruturas que compõem a comissão conjunta, seguindo-se o debate com a participação dos trabalhadores.

No final foi aprovada, por esmagadora maioria, uma resolução de três páginas apresentada pela comissão conjunta.

Entre as medidas a tomar, o documento aprovado inclui "repudiar o roubo dos subsídios de férias e de Natal para os trabalhadores das empresas do Grupo CGD", nomeadamente "recorrendo aos tribunais, caso o subsídio de férias não seja processado pelas empresas do Grupo CGD como habitual, ou caso se venha a verificar qualquer outro incumprimento dos acordos contratuais em vigor".

Montepio/ex-Finibanco

Pujante jornada de luta e de protesto

TEXTO: **FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA**

Como noticiamos noutra página deste número, o Conselho Geral do SBN de 27 de dezembro foi interrompido, para que a Direção e a estrutura sindical enquadrassem um desfile dos trabalhadores do Montepio/ex-Finibanco do Porto, ameaçados de transferência para Lisboa, numa decisão arbitrária da administração daquela Instituição e que prefigura um despedimento encapotado. A jornada de luta, que envolveu duas centenas de manifestantes, culminou com uma manifestação frente às instalações do MG, na Avenida dos Aliados, que mereceu uma cobertura massiva por parte dos órgãos de comunicação social.

O presidente da Direção do SBN e diversos bancários afetados por aquela decisão multiplicaram-se em entrevistas, destinadas a esclarecer a opinião pública sobre a atitude afrontosa do MG, que viola os acordos vigentes no setor e as consequências dramáticas que poderá provocar para os trabalhadores afetados e respetivos membros do agregado familiar.

Mário Mourão anunciou que ainda no decurso daquela semana seriam desencadeadas providências cautelares, suscetíveis de suspender a ignominiosa atitude da administração do Montepio, ainda mais notória quando con-

Na resolução é ainda exigido que "a Caixa Geral de Aposentações esclareça fundamentadamente por que não está a cumprir na íntegra as responsabilidades que lhe foram cometidas e que, por escrito reconheceu e assumiu em 2005, quando recebeu 2.478 mil milhões de euros, retirados ao fundo de pensões dos trabalhadores da CGD e totalizando um montante que garantia o pagamento de pensões, 14 meses por ano".

Os trabalhadores presentes no plenário manifestaram-se ainda disponíveis para participar nas formas de luta que vierem a ser convocadas, de manifestações a greves.

Reunião no Porto

Após a reunião de Lisboa, a comissão conjunta reuniu-se para dar seguimento às conclusões aprovadas no plenário de trabalhadores e decidir ações de protesto e luta.

Assim, foi agendado para dia 16 a entrega, em mão, à comissão executiva da CGD e ao Presidente da República, da Resolução aprovada em Lisboa e do abaixo-assinado contra o "ataque que está a ser dirigido aos trabalhadores do grupo pelo OE para 2012". À hora de fecho desta edição, o documento tinha já sido subscrito por mais de oito mil trabalhadores.

A comissão conjunta decidiu ainda realizar uma reunião geral de trabalhadores na área metropolitana do Porto, em moldes idênticos à que decorreu em Lisboa. O encontro está marcado para dia 19, em local ainda a determinar.

Por fim, foi deliberado desenvolver mais ações de luta ainda em janeiro, que oportunamente serão divulgadas. ■

Garantido em reunião com a Febase

BCP empenhado em **manter nível de emprego**Textos: **INÉS F. NETO**

O BCP pretende manter os atuais níveis de emprego no banco, apesar do redimensionamento da sua rede de balcões. A confirmação foi dada à Febase pelo Conselho de Administração do banco



No âmbito do pedido de reuniões ao mais alto nível com a banca efetuado pelo Secretariado da Febase com o objetivo de debater a atual situação do setor e a sua implicação ao nível das relações laborais, a Federação reuniu-se a 21 de dezembro com o Conselho de Administração do BCP, concluindo assim o conjunto de encontros com os responsáveis pelas principais Instituições de Crédito do País.

Na reunião, a Febase esteve representada pelo seu secretário-geral, Carlos Marques, e por elementos das Direções dos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas, respetivamente Carlos Silva, Pereira Gomes e Rui Riso. A delegação do BCP foi liderada pelo presidente do Conselho de Administração, Carlos Santos Ferreira.

No encontro foi analisada a difícil situação económica de Portugal e as

consequências no setor bancário, que vive atualmente um momento conturbado face à necessidade de recurso à linha de capitalização do Estado e ao cumprimento da exigência de reforço dos rácios de solvabilidade 'core Tier I' e à redução dos rácios de desalavancagem. Também a desvalorização bolsista das principais Instituições foi abordada.

O objetivo da Febase era conhecer as intenções do BCP em matéria de recursos humanos, congratulando-se com as garantias da administração do banco de que tudo continuará a fazer para manter o nível de emprego.

Por sua vez, os sindicatos da Febase reiteraram a sua completa disponibilidade para serem parte da solução e não do problema, e assim ajudar a encontrar os melhores caminhos para um sistema bancário sólido, potenciador da economia e gerador de emprego, que possibilite a todos os trabalhadores bancários a segurança do emprego e a satisfação dos justos anseios e expectativas. ■

Febase reúne-se com administração

BPN denunciou ACT do setor

Numa reunião realizada com a Febase, a administração do BPN denunciou o ACT e apresentou uma proposta de Acordo de Empresa (AE), argumentando que esta alteração facilitará a transferência dos trabalhadores do banco para o BIC

A reunião realizada dia 6, solicitada pela administração do BPN, teve como objetivo debater os muitos problemas que se colocam aos trabalhadores da instituição, por força da implementação do negócio de privatização do banco decorrente do acordo-quadro recentemente assinado entre o Governo e a administração do BIC.

Assim, e como forma de facilitar a transferência dos trabalhadores para o BIC, a administração do BPN denunciou o ACT do setor bancário e apresentou à Febase uma proposta de AE para futuramente enquadrar os trabalhadores.

Na reunião com a administração do BPN, a Febase deixou claro, mais uma vez, a sua posição: tudo fará na defesa da manutenção dos postos de trabalho.

Os sindicatos da Febase vão analisar exaustivamente o documento e decidir qual a sua resposta à proposta da administração.

Entretanto, a Febase vai convocar as estruturas sindicais do BPN para lhes prestar todos os esclarecimentos sobre o processo e para debaterem em conjunto a proposta da administração do banco.

Logo que esteja concluída a análise do documento do BPN, os sindicatos da Febase contactarão os trabalhadores, no sentido de mantê-los informados sobre o evoluir do processo. ■

Novo CCT de Seguros: uma reflexão necessária

Concluiu-se, em meados de dezembro passado, o processo negocial do novo CCT de Seguros, encetado formalmente em julho de 2011 mas cujas raízes, para o STAS, remontam aos finais do século passado, com a sua proposta de Contrato para o Milénio, sucessivamente reformulada

Texto: **Luís Dias**

Estiveram em cima da mesa três propostas, apresentadas pelos quatro intervenientes no processo, três associações sindicais e uma associação de empregadores.

Nesta difícil conjuntura que o País atravessa, foi possível concluir-se este processo negocial do novo CCT para a atividade seguradora em tempo que poderemos considerar recorde, o que evidencia profundos conhecimentos técnicos das matérias em discussão e empenhamento dos representantes das partes para se chegar a acordo, exceto uma associação sindical, que decidiu, no final, não subscrever a nova convenção, apelando, entretanto, aos trabalhadores de seguros para se manterem vinculados ao anterior CCT.

É, de facto, espantoso e perigoso o apelo que é feito aos trabalhadores de seguros, para que fiquem vinculados ao anterior CCT, sabendo de antemão que o mesmo irá caducar à luz da alínea a) do n.º 1 do Artigo 501.º do Código do Trabalho, em 29 de agosto de 2013, data em que estarão decorridos cinco anos sobre a sua última republicação integral, se outra investida sobre a sua caducidade não vier a ser feita pela associação de empregadores, à semelhança da já feita em abril de 2011, que foi sustida junto do Ministério do Trabalho, para além de que algumas empresas de seguros consideram o mesmo, desde já, caduco.

Convirá dizer também aos trabalhadores de seguros que, verificando-se a caducidade, apenas se lhes aplicaria a retribuição, categoria profissional, duração do tempo de trabalho e regime de

segurança social, feriados obrigatórios e apenas 22 dias úteis de férias e não os 25 dias a que os trabalhadores de seguros têm direito, não se lhes aplicando ainda o subsídio de refeição, a tarde de quinta-feira santa e a véspera de Natal, promoções e progressão salarial, complemento do subsídio por doença, seguros de saúde e de vida de entre outras matérias.

Iniciar-se-ia, então, um novo processo para uma nova convenção para o sector segurador, partindo-se praticamente da estaca zero.

Seria isso que os trabalhadores de seguros pretendiam, do quanto pior melhor, para as suas vidas profissionais?

Nós, no STAS, responsabilmente, nunca pretendemos tal e sempre estivemos nestas negociações na procura das soluções mais ajustadas para os trabalhadores de seguros, no contexto de um quadro negocial muito complexo, económica e politicamente muito desfavorável para quem trabalha por conta de outrem.

Por isso é que, durante 13 longos anos, lutámos para que o sector segurador fosse dotado duma nova convenção, que pudesse traduzir as profundas transformações operadas no seio das empresas, em termos de funções e categorias profissionais, atenta a emergência de novas profissões que a designação de "escriturários" já não abarcava, porque os trabalhadores de seguros desde há muito que deveriam ter sido considerados técnicos e operacionais especialistas e mais recentemente o enquadramento das matérias imperativas do Código do Trabalho e das inovações ali consagradas como o banco de horas, o teletrabalho, a mobilidade geográfica e funcional e a adaptabilidade dos horários de trabalho às necessidades dos trabalhadores e empregadores.

As promoções obrigatórias foram substituídas por uma progressão no seio das bandas salariais dos assistentes operacionais e operacionais especialistas ao fim de 10 anos, tendo em conta: a avaliação de desempenho; a formação profissional da iniciativa da empresa e respetivo grau de aproveitamento; os anos de experiência na categoria e no empregador; e, a situação económica e financeira da empresa.

A antiguidade foi substituída por um prémio de permanência para to-



dos os trabalhadores em cada grupo de cinco anos de permanência na empresa, atribuindo-lhes 50% do seu vencimento, mediante a existência de avaliações positivas e de até 15 faltas justificadas e, a partir dos 50 anos de idade, ser-lhe-ão atribuídos dias de licença com retribuição, até ao limite de cinco dias úteis por ano.

Como uma das inovações mais marcantes do novo CCT elegemos a atribuição, a todos os trabalhadores de seguros, com contrato de trabalho sem termo, por parte das entidades empregadoras, de um plano individual de reforma (PIR), alocando anualmente nesse plano 3,25% do seu ordenado anual base do ano anterior, sendo a parte colocada ali pelo empregador portátil até 90%, se cessar o contrato de trabalho respetivo, podendo, nestas circunstâncias, os valores existentes serem transferidos para outra seguradora, para um produto financeiro da mesma natureza.

Em síntese, esta foi a reflexão necessária de um dos negociadores do STAS que, desde os finais do século passado, tem vindo a contribuir para a adequação da nossa contratação coletiva às profundas transformações que se têm vindo a operar nas relações de trabalho existentes no contexto da atividade seguradora. ■

Barclays quer reduzir custos com pessoal

Barclays pretende reduzir os custos com pessoal em Portugal e, segundo informou os sindicatos, no caso de haver necessidade de diminuir efetivos fá-lo-á através de rescisões de contrato, não recorrendo a despedimentos.

A pretensão foi comunicada aos Sindicatos dos Bancários da Febase pela coordenadora do departamento de Recursos Humanos do Barclays, em reuniões separadas solicitadas pelo banco às Direções sindicais.

Segundo a responsável adiantou aos sindicatos, o Barclays vai dar início a um processo de rescisões, auscultando o interesse dos trabalhadores em aderirem.

Questionada pelas Direções sindicais, a coordenadora do departamento de Recursos Humanos garantiu que o banco não tem intenção de proceder a despedimentos.

Os sindicatos da Febase vão seguir atentamente o processo, de forma a defender os interesses dos trabalhadores e a assegurar que não serão pressionados a aceitar uma rescisão indesejada.

As Direções aconselham os seus associados a não assinarem nada sem antes consultarem os serviços jurídicos dos respetivos sindicatos, que estão totalmente disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir. ■

Encerrado processo negocial de 2011

Novas cláusulas no ACT

As negociações relativas a 2011 chegaram ao fim, sem que se tenha conseguido obter aumentos salariais, tal como se verificou na maioria dos setores de atividade. No entanto, foi possível acordar algumas alterações no clausulado do ACT, nomeadamente em matérias referentes a direitos nos casos de união de facto, trabalhadores-estudantes e SAMS

TEXTO: **INÉS F. NETO**

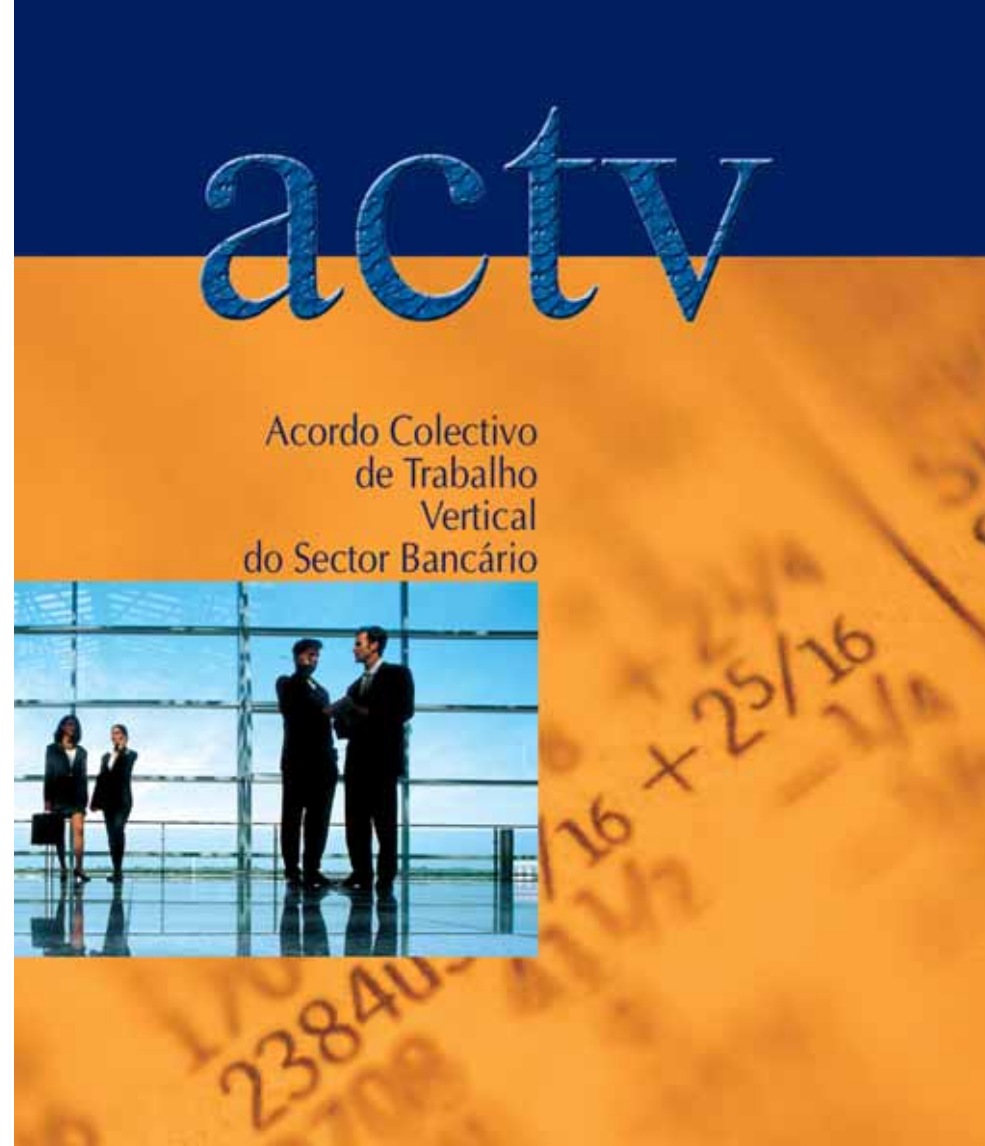
Chegou ao fim a revisão salarial de 2011, que se iniciou com a apresentação da proposta de tabela e cláusulas de expressão pecuniária por parte da Febase. Apesar do pro-

longado processo negocial, a banca não demonstrou qualquer disponibilidade para proceder a um acordo sobre as matérias em discussão.

Perante a irredutibilidade demonstrada pelas Instituições de Crédito, os representantes do grupo negociador da Febase propuseram a negociação de algumas cláusulas do ACT do setor bancário.

À mesa de negociações foram acordadas alterações que a Febase considera importantes, na medida em que contribuem para uma melhor e mais fácil interpretação do ACT, e beneficiam o acordo coletivo.

É o caso das alterações introduzidas nas cláusulas 140.^a (reconhecimento do direito em caso de cessação do contrato de trabalho), 142.^a (falecimento), 142.^a-A (união de facto) e 144.^a (assistência médica), que vêm clarificar dúvidas e encontrar soluções para alguns dos problemas que se apresentavam na sua aplicação.



Unões de facto

A Febase chama a atenção dos associados que vivem em união de facto de que dispõem de 180 dias, a contar da data de publicação do ACT no BTE, para entregar à respetiva entidade empregadora a declaração comprovativa, de forma a que sejam contabilizados os anos de vida em comum já passados.

Caso não o façam neste prazo, a contagem do tempo previsto na lei só se inicia no momento em que a declaração é entregue.

Recurso à conciliação

Mas, face à falta de acordo na tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, a Febase decidiu recorrer ao processo de conciliação, em mais uma tentativa para ultrapassar o impasse em que as negociações tinham caído.

No entanto, também em sede de conciliação não foi possível obter acordo sobre a tabela e cláusulas de expressão pecuniária, embora tenham sido aprovadas alterações de princípio ao clausulado referente aos trabalhadores-estudantes, que deixam de ser penalizados nas faltas dadas, quer para efeito de antiguidade, quer para efeito da atribuição do prémio de antiguidade (cláusula 150.^a).

O Conselho Geral da Febase, reunido em Lisboa a 22 de dezembro, decidiu já autorizar o Secretariado da Federação a outorgar e assinar o acordo de princípio obtido nas negociações do clausulado.

Do mesmo modo, mandatou a Febase para nas restantes mesas negociais proceder ao encerramento do processo negocial relativo ao ano de 2011, tendo presente os termos negociais obtidos em sede de APB. ■

Assinatura do Acordo Tripartido

Criticada ausência de ministros

O período antes da ordem de trabalhos do Conselho Geral da Febase foi marcado por intervenções de alguns conselheiros, que suscitaram questões sobre o 3.º Acordo Tripartido sobre Segurança Social no setor bancário, nomeadamente no que diz respeito às suas consequências para os reformados abrangidos.

Vários conselheiros criticaram a ausência do ministro das Finanças na cerimónia de assinatura do Acordo Tripartido, que além dos representantes da Febase contou com a presença do presidente da APB, António de Sousa.

Ao contrário do que aconteceu na celebração dos dois anteriores Acordos Tripartidos, em que o Executivo esteve representado pelos ministros da tutela, desta vez nem Vítor Gaspar nem Mota Soares encontraram espaço nas respetivas agendas para subscreverem pessoalmente um acordo tido por todo o Governo como muito importante para assegurar as metas do défice de 2011. Coube ao secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, a assinatura do documento.

Recorde-se que na sessão anterior, efetuada em Coimbra a 13 de dezembro, os conselheiros da Febase deram o seu aval à assinatura do 3.º Acordo Tripartido. Na ocasião não foi debatido o processo negocial do ACT por esta matéria não constar da ordem de trabalhos, o que obrigou à realização de nova sessão deste órgão dias mais tarde, a 22.

As novidades

A revista “Febase” publica as cláusulas novas no ACT ou que sofreram modificações nesta negociação:

Cláusula 140.^a (Reconhecimento do direito em caso de cessação do contrato de trabalho)

6 – (Novo) Por morte dos trabalhadores a que se refere a presente cláusula, as pessoas designadas no n.º 3 da Cláusula 142.^a têm direito a uma pensão de sobrevivência, no montante global de 60% do valor da pensão de reforma que a instituição vinha a pagar ou que o trabalhador teria direito a receber da mesma, nos termos da presente cláusula, se se reformasse na data do seu falecimento.

7 – (Novo) No caso de existência de uma pluralidade de beneficiários o montante da pensão a que se refere o

número anterior é repartido nos termos dos n.ºs 4 a 6 da Cláusula 142.^a.

Cláusula 142.^a (Falecimento)

3. São beneficiários da pensão de sobrevivência, do subsídio de Natal e do 14.º mês:

a) Cônjuge sobrevivente ou pessoa que, à data da morte do trabalhador, viva com ele em união de facto há mais de dois anos, não estando qualquer deles casado ou, estando algum deles casado, se tiver sido decretada a separação judicial de pessoas e bens;

4. As mensalidades referidas na alínea b), o subsídio de Natal referido na alínea c) e o 14.º mês referido na alínea d) do n.º 1 desta Cláusula, são atribuídos do seguinte modo:

a) 50% para o cônjuge sobrevivente ou para pessoa em união de facto;

b) 50% para os filhos ou adotados plenamente, nos termos definidos na alínea b) do número anterior;

c) 100% para os filhos ou adotados plenamente, nas condições da alínea b) do número anterior, no caso de o falecido não ter deixado cônjuge sobrevivente;

d) 100% para o cônjuge sobrevivente ou para pessoa em união de facto, se não existirem os beneficiários previstos na alínea b) do número anterior ou, no caso de existirem, não terem direito à pensão, subsídio de Natal e 14.º mês.

5. A pensão de sobrevivência do cônjuge ou do unido de facto será mantida enquanto não contrair novo casamento ou iniciar nova união de facto.

6. No caso de morte do beneficiário a que se refere o número anterior ou se este contrair novo casamento ou iniciar nova união de facto, a pensão reverte para os filhos do trabalhador, nas condições estabelecidas na alínea b) do n.º 3 desta Cláusula.

8. A pensão de sobrevivência do cônjuge será atribuída se o trabalhador, à data da morte, estiver casado há mais de um ano com o beneficiário, não se aplicando esta condição se a morte tiver resultado de acidente.

Cláusula 142^a-A (nova) (União de facto)

1. Para os efeitos do disposto na cláusula 142.^a, presume-se a existência da união de facto mediante a entre-

ga à instituição de declaração sob compromisso de honra dos dois unidos, acompanhada de certidões de cópia integral do registo de nascimento de cada um deles.

2. O prazo de dois anos previsto no n.º 3, alínea a) da mesma cláusula é contado da data da entrega na instituição da declaração referida no número anterior.

3. Relativamente às situações de união de facto existentes à data da publicação da presente cláusula no Boletim do Trabalho e Emprego, o prazo referido no número anterior será contado desde o início dessas situações se, nos 180 dias a contar da mesma data, for entregue a declaração nos termos previstos no n.º 1 da presente cláusula, contendo ainda a indicação da data do início da união de facto.

4. Presume-se a subsistência da união de facto na data da morte do trabalhador mediante apresentação de certidão de cópia integral do registo de nascimento com o averbamento do seu óbito, de certidão de cópia integral do registo de nascimento do beneficiário, emitida após o mesmo óbito, e de documento comprovativo de que a última

nota de liquidação fiscal relativa ao imposto sobre o rendimento foi enviada para o domicílio fiscal comum dos unidos de facto.

Cláusula 144.^a (Assistência médica)

6 – (Novo) Relativamente aos novos trabalhadores inscritos no regime geral de Segurança Social e abrangidos pela secção VI do presente capítulo, aplica-se com as devidas adaptações, o disposto no n.º 4 da presente cláusula, constituindo, assim, base de incidência para cálculo das contribuições para os SAMS:

Cláusula 150.^a (Prémio de antiguidade)

4. h) – (Nova) Benefícios previstos nas cláusulas 109.^a (Horário do trabalhador estudante) e 111.^a (Prestação de exames ou provas de avaliação). Ou seja, para efeitos do prémio de antiguidade não é descontado o tempo de ausência para prestação de exames ou as dispensas previstas no ACT para frequência de aulas.

Mais de mil reformados no esclarecimento sobre o Acordo Tripartido

Foram mais de mil os bancários reformados que acorreram à chamada da Direção do SBSI para um cabal esclarecimento do documento assinado e suas implicações, transformando a reunião na mais participada sessão do nosso Sindicato nos últimos vinte anos

Texto: Rui Santos

Como se sabe e é amplamente noticiado nas páginas anteriores deste número, a Febase, o Governo e a Associação Portuguesa de Bancos assinaram no Ministério das Finanças, em 21 de dezembro, o terceiro Acordo Tripartido sobre segurança social no setor bancário, que contempla a transferência de parte dos fundos de pensões da banca para o Estado e a integração na esfera da Segurança Social dos reformados e pensionistas até 31 de dezembro passado. E, para um cabal esclarecimento do documento então assinado e suas implicações, a Direção do SBSI convidou os sócios integrados na Secção Sindical de Reformados para uma reunião, inicialmente marcada para o passado dia 4 e nas instalações do antigo Centro Clínico, na Rua Marquês de Fronteira.

Contudo, desde muito antes da hora marcada para o início da reunião se constatou que a sala destinada à realização da reunião era muito exígua, uma vez que ali compareceram mais de mil bancários reformados, quando a capacidade da sala não superava as duas centenas. Por isso, desde logo foi anunciado que a reunião era transferida para a tarde do dia 9, no anfiteatro da Faculdade de Medicina Dentária.

A elevada presença de bancários reformados repetiu-se dias depois, em resposta a essa nova convocatória. De facto, a sala estava cheia e as folhas de presenças registavam a participação de quase mil bancários, ainda antes da hora marcada para o início da sessão.

O presidente da Direção, Rui Riso, dirigiu a reunião e, na mesa que conduziu os trabalhos, esteve ladeado por Horácio Oliveira, vice-presidente, e ainda Paulo Alexandre e João Carvalho, também da Direção, e Fernando Medina, coordenador da Secção Sindical de Reformados.

Eram 15,10 quando Rui Riso iniciou a sua primeira intervenção, começando

Rui Riso fez duas afirmações fortes, que a assistência reteve em silêncio: "Não cabe aos sindicatos dizerem onde querem os fundos de pensões, já que o seu terreno de intervenção é a defesa dos direitos dos seus associados" e "a sociedade portuguesa ainda não digeriu porque é que os bancários mantêm o direito a 14 vencimentos, ao contrário do que acontece a muitos trabalhadores portugueses"



por considerar ter havido "erro de cálculo" na escolha da sala para a reunião do dia 4, acrescentando logo a seguir que "ainda bem que vieram tantos associados e, hoje, ainda mais". Esclareceu depois que a reunião foi convocada para esclarecer os reformados da área de Lisboa, estando já agendadas várias reuniões nas Secções Regionais, com o mesmo fim.

Rui Riso fez depois o historial do processo, desde 12 de agosto, data em que a troika anunciou a passagem dos fundos de pensões da banca para o Estado. Recordou então que, duas semanas depois, os sindicatos foram informados que não havia ainda dados concretos e que havia sido criado um grupo de trabalho para o efeito, o que, na prática, deixava aos sindicatos uma de duas

saídas: ou alheavam-se do processo ou participavam nele, para salvaguardar direitos dos associados reformados. E só em 27 de novembro foi recebido o projeto de Decreto-Lei, com o Governo a garantir, desde o início, que esses direitos se mantinham, "embora se constatasse que havia coisas que não estavam salvaguardadas".

Rui Riso fez, de seguida, duas afirmações fortes, que a assistência reteve em silêncio: "Não cabe aos sindicatos dizerem onde querem os fundos de pensões, já que o seu terreno de intervenção é a defesa dos direitos dos seus associados" e "a sociedade portuguesa ainda não digeriu porque é que os bancários mantêm o direito a 14 vencimentos, ao contrário do que acontece a muitos trabalhadores portugueses",

tema que – em seu entender – é fomentado por certa comunicação social que "coloca trabalhadores contra trabalhadores e devia preocupar-se mais com os que não os recebem".

Já na parte final da sua primeira intervenção, que durou 20 minutos, Rui Riso informou que o Estado terá de devolver aos bancos cerca de 500 milhões em 2012 e menos nos anos seguintes, uma vez que o universo de beneficiários se vai reduzindo, enquanto os bancos terão de reforçar a transferência para o Estado, até junho, de 500 a 800 milhões, devido à redução da taxa de desconto, acrescentando que são os bancos que continuam a pagar as pensões, que os descontos dos bancos para os SAMS, bem como os aumentos salariais continuarão a ser supridos pelos fundos de

pensões dos bancos, que continuam a existir e que terão, também, de pagar aos que se reformem após 1 de janeiro de 2012, concluindo que "foi neste quadro que a Febase entendeu dever subcrever o Acordo".

Enquanto Rui Riso dava os esclarecimentos tidos por convenientes, eram registadas as inscrições de associados reformados para a colocação de dúvidas. E, porque foram 29 as inscrições, a mesa dividiu o tempo disponível pelos inscritos, concedendo a cada um o máximo de três minutos, que poucos respeitaram nas suas intervenções, que decorreram em clima hostil para a Direção, com muitos oradores mais interessados em retirar dividendos político-sindicais de algum descontentamento do que em permitir que os associados ▶



Rui Riso dirigiu a reunião



Foram muitos os associados que tiveram de ficar de pé

com dúvidas ali as esclarecessem. E isso provocou que, a meio da sessão, já muitos bancários tivessem desertado, numa clara recusa de participação num ambiente "comicieiro", nada ajustado às preocupações sentidas pela generalidade dos presentes.

O primeiro orador foi Francisco Ramos, que recebeu aplausos quando afirmou que "os bancários deviam ter sido informados antes do facto consumado", crítica que depois foi repetida por boa parte dos intervenientes no debate.

Boaventura Antunes afirmou, a seguir, que a Febase não respeitou a decisão do Conselho Geral do SBSI, que não deu poderes à Direção para assinar o Acordo, acusação que viria a ser mais tarde desmentida por Rui Riso, uma vez que essa situação se reportou a um Acordo anterior, o segundo, e que foi sufragado em Congresso. E, no que respeitou ao terceiro, foram registados apenas oito votos contra a sua assinatura, na sessão do Conselho Geral que discutiu o Acordo, em 12 de dezembro, com a presença de mais de cem conselheiros.

Maria de Fátima acentuou que "o dinheiro dos fundos de pensões será utilizado para outros fins" e Agnelo Furtado considerou que "o que manda é o que está escrito no ACT", antes de ler uma moção de desconfiança à Direção pela sua "complacência" e que, depois, entregou na mesa.

O orador seguinte considerou que os bancários reformados são para o Governo "um corpo de bombeiros para a salvação nacional", acrescentando que estes associados "não estão satisfeitos com esta Direção".

Para Fátima Amaral, "o défice foi reduzido à custa dos reformados bancários"

e "a Febase aceitou transferir responsabilidades do ACT para um Estado falido", acrescentando que "este problema não é só dos reformados, é de todos os bancários" e, por isso, "esta Direção devia demitir-se imediatamente".

Numa intervenção "contra a corrente", Wanda Guimarães considerou que "este assunto é muito complexo e não tem razão quem grita mais alto", acrescentando que "muitos querem fazer desta reunião de esclarecimento uma campanha política contra a Direção".

Jorge Oliveira falou a seguir, para afirmar que "as legitimidades democráticas são muito relativas", apelando à Direção para que saiba ser humilde e respeitar os bancários.

Mais crítica foi a intervenção de Vítor António, que começou por considerar que o Acordo "é uma história mal con-

tada e abandona os reformados bancários à sua sorte, já que o Governo quis o Acordo para armadilhar qualquer luta dos bancários". Afirmou depois que o Decreto-Lei tem vício de forma e que, por isso, apresentou ao Provedor de Justiça um pedido de verificação da sua inconstitucionalidade, apesar de Fernando Ferreira ter considerado, depois, que "a assinatura do Acordo impede que possamos pedir a verificação da legalidade do diploma".

Viriato Baptista interveio para tranquilizar os presentes, já que – em seu entender – todos os direitos dos reformados estão salvaguardados. E Fernando Martins fez questão de recordar que "as condições de vida e de trabalho dos bancários estão acima da média e isso deve-se à luta das direções sindicais".

Carlos Pinheiro historiou a reunião havida em Tomar, em outubro, sobre o tema e à qual a Direção não compareceu, perguntando depois porque é que a Direção não quis ouvir os bancários antes do Acordo, concluindo que devia ser apresentada uma moção de censura, que leu de seguida, antes de a entregar na mesa.

Manuel Madureira indagou as vantagens da assinatura do Acordo, antes de Fernando Delicado considerar que todos os reformados bancários estão em maus lençóis e que não se deve aceitar a desresponsabilização do pagamento

das pensões, terminando por propor a realização de uma nova reunião sobre esta matéria, dentro de dois meses.

António Fonseca focou a falta de informação sobre o assunto e, antes de pedir a mobilização dos bancários, "porque vamos passar por maus tempos", perguntou "onde está a alma dos sindicalistas de há trinta anos?".

Paulo Alexandre, da Direção, inter-

“O Decreto-Lei salvaguarda os direitos dos bancários em várias cláusulas e o Acordo serve para "amarrar" o Estado à obrigatoriedade de respeitar essas salvaguardas”

veio a seguir, para lembrar que o Decreto-Lei salvaguarda os direitos dos bancários em várias cláusulas e que o Acordo serve para "amarrar" o Estado à obrigatoriedade de respeitar essas salvaguardas, lembrando também que as atualizações salariais também são tidas em conta, no Artigo 4.º, tal como as pensões de sobrevivência, e que o Art. 2.º do Acordo estipula que as pensões nunca poderão ser diminuídas, salvo as que resultem do anexo V, relativo às reformas antecipadas, conforme já decorria da aplicação do ACT (ver tabela).

João Coelho considerou depois que "os bancários têm chegado tarde de mais à defesa dos seus interesses", para depois Francisco Nascimento la-

mentar estar a falar para meia sala, porque – segundo ele – a outra metade saiu por estar cansada dos discursos de há 30 anos. Mas não deixou de afirmar que "estamos entregues a políticos de aviário, que querem governar-se à nossa conta" e que "se o Sindicato não assinasse, o Decreto saía na mesma", apelando à mobilização dos bancários, se o governo não cumprir, tal como Vieira Nunes, que falou logo a seguir.

Carlos Melo apontou o risco de descapitalização da Segurança Social e defendeu a revogação do Decreto, "porque o Estado não garante coisa nenhuma".

Vítor Silva denunciou que "o Acordo deu cobertura a uma grande negociata entre o Governo e a banca". E Miguel Santos, o último inscrito, sugeriu a realização de uma votação sobre o Acordo, no prazo de 30 dias.

Eram 18,30 quando Rui Riso fechou o debate, reforçando a ideia que "o Sindicato agiu em defesa dos interesses dos associados" e que só em 27 de novembro se soube quais os fundos em causa. Quanto à situação específica da CGD, anunciou que estão juristas a trabalhar sobre o direito ao 13.º e ao 14.º mês. Reforçou a ideia que os descontos para os SAMS mantêm-se a cargo dos bancos. E esta foi a sua derradeira frase: "Gostaríamos que tivessem sido colocadas mais questões, até porque a Direção não se furta ao diálogo". ■

Impugnação das eleições de 2007 Tribunal arquiva ação

Texto: Inês F. Neto

O Tribunal do Trabalho de Lisboa declarou extinta a ação de impugnação do ato eleitoral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, de abril de 2007

A decisão do Tribunal do Trabalho de Lisboa (5.º Juízo – 2.ª Secção) vem na sequência do pedido do SBSI que, como réu, requereu a "extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide" alegando, para tal, que "os corpos sociais, cuja eleição foi impugnada, já cumpriram o seu mandato, tendo sido eleitos entretanto novos corpos sociais". Os autores da ação foram notificados pelo tribunal e nada disseram.

Recorde-se que a ação de processo especial de impugnação das eleições de 2007 foi intentada por João Carlos Gouveia Pascoal e Rui Armando Ferreira Narciso contra o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, ao abrigo do Art. 287.º, alínea e) do Código de Processo Civil e do Art. 1.º, n.º 2, alínea a) do Código de Processo de Trabalho.

Na conclusão do processo, de 2 de dezembro de 2011, o Tribunal refere que "os presentes autos têm como objeto o ato eleitoral do qual resultaram os corpos sociais" do Sindicato, cujo mandato terminou (pois foi eleita nova direção), "sendo o pedido a anulação daquele ato eleitoral".

"Ora, se o mandato dos então eleitos corpos sociais da R. [ré] já terminou, tendo já tomado posse uma nova dire-



ção, é manifesto que não existe mais qualquer interesse no prosseguimento dos presentes autos", conclui o Tribunal do Trabalho de Lisboa. E, consequentemente, declara "extinta a instância por inutilidade superveniente da lide".

O Tribunal decidiu ainda que, de acordo com o Código de Processo Civil, as custas da ação são da responsabilidade dos seus autores. ■

ANEXO V			
Anos Completos de Serviço do Trabalhador	1.º Período Número de Mensalidades iguais às fixadas no Anexo VI	2.º Período Número de Mensalidades iguais a metade das fixadas no Anexo VI	Último Período (Até ao fim do mês em que falecer o trabalhador) Porcentagens das mensalidades fixadas no Anexo VI
1*	1*	1*	20
2	2	2	20
3	3	3	20
4	4	4	20
5	5	5	20
6	6	6	20
7	7	7	20
8	8	8	20
9	9	9	20
10	10	10	20
11	11	11	24
12	12	12	27
13	13	13	30
14	14	14	33
15	15	15	36
16	16	16	39
17	17	17	43
18	18	18	46
19	19	19	49
20	20	-	52
21	21	-	55
22	22	-	58
23	23	-	62
24	24	-	65
25	25	-	68
26	26	-	71
27	27	-	74
28	28	-	77
29	29	-	81
30	30	-	84
31	31	-	87
32	32	-	90
33	33	-	93
34	34	-	96
35 ou mais	Até ao fim do mês em que falecer o trabalhador	-	100

*Para efeitos deste Anexo, quando o trabalhador não tiver completado um ano de serviço, considera-se que a lide é extinta no primeiro ano completo.

Comissão Permanente deliberou sobre BPN, Montepio, fundos de pensões e ACT

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

A Comissão Permanente do SBN deliberou que o Sindicato continue a defender, no enquadramento legal e contratual, os direitos dos trabalhadores do BPN, nomeadamente o direito irrenunciável ao trabalho, conforme tem feito até hoje, e que esta posição seja comunicada aos restantes sindicatos que compõem a Febase.

Recorde-se que a Caixa Económica do Montepio Geral, por deliberação do Conselho de Administração e a coberto de uma "reorganização de serviços", concentrando a sua atividade em Lisboa, decidiu "transferir" 264 trabalhadores do Porto para a capital, abrangendo nesta medida cerca de 90 associados do SBN. Todo o processo se desenrolou à margem dos sindicatos, nomeadamente do SBN e da Febase, estrutura à qual o nosso sindicato se encontra vinculado.

Por outro lado, decidiu aprovar a proposta da Direção para declarar greve, até ao limite de dez dias, abrangendo todos os trabalhadores seus associados da Caixa Económica do Montepio Geral provenientes do ex-Finibanco, dado que a administração mantém a posição ilegal de tentar transferi-los do Porto para Lisboa. De resto, desde o início do processo que o SBN a ele se opôs, dada a flagrante violação do ACT do setor bancário, exigindo a expressa revogação da deliberação de transferência daqueles associados, bem como a anulação de todas as ordens nesse sentido antes comunicadas.

Entretanto, deliberou aprovar o projeto de terceiro acordo tripartido sobre a transferência parcial dos fundos de pensões da banca para o Estado, respeitante às responsabilidades com as pensões dos



atuais reformados e pensionistas ou que passaram à situação de reforma até ao passado dia 31 de dezembro, conferindo poderes ao SBN para delegar na Febase e nos seus órgãos próprios para outorgar e assinarem em representação do SBN. Assim, foi consagrado pelo Governo, no texto de diploma legal que publicou sobre a matéria, um conjunto de reivindicações que os sindicatos da Febase reputaram de essencial como pressuposto ao seu aval para a celebração do acordo, designadamente o respeito integral pelos direitos adquiridos, tal como disposto nos termos e nas condições plasmados nos vários instrumentos de regulamentação coletiva em vigor no setor; o pagamento das pensões aos reformados e pensionistas e respeitar o pagamento do 13.º e do 14.º mês; não poder, em

qualquer caso, haver diminuição das pensões atualmente em vigor; e manter-se a responsabilidade das instituições de crédito pelo pagamento das atualizações do valor das pensões, com indexação à tabela salarial dos trabalhadores do ativo e ainda as contribuições, para os SAMS, do subsídio por morte.

Mais ainda, decidiu por unanimidade autorizar a Direção do SBN para mandar a Febase, no sentido de outorgar e assinar o acordo de princípio obtido nas negociações do ACT referentes ao reconhecimento do direito em caso de cessação do contrato de trabalho, a falecimento, a união de facto e a assistência médica, mandando igualmente a Febase para, nas restantes mesas negociais, proceder ao encerramento do processo relativo a este ano, tendo presente os termos obtidos em sede de APB. Não tendo sido possível a obtenção de acordo na proposta inicial, foi decidido recorrer ao processo de conciliação para a tabela salarial e para as cláusulas de expressão pecuniária.

A Comissão Permanente mandou também a Direção no sentido de ser remetida uma nota de honorários relativa a cada um dos funcionários do BPN que cancelaram a inscrição no Sindicato dos Quadros e se filiaram no SBN para poderem beneficiar do apoio jurídico prestado nas ações que moveram contra o banco e que, após terem obtido ganho de causa, se desfilaram do SBN e se filiaram novamente naquele sindicato. ■



Auditório literalmente repleto para reunião geral de associados

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



No Porto, tal como no resto do País, centenas de reformados quiseram ser esclarecidos

A Direção do SBN, em colaboração com a Comissão Sindical de Reformados, realizou no passado dia 4 uma reunião geral de associados da região da sede. Os temas em análise – fundos de pensões e reestruturação dos SAMS – fizeram com que o auditório dos SAMS ficasse literalmente repleto de uma plateia ansiosa de tomar conhecimento dos desenvolvimentos naquelas duas matérias

O presidente da Direção, Mário Mourão, começou por esclarecer que a transferência dos fundos de pensões da banca para o Estado nada tem a ver com o OE para 2012: "Aliás, assim que tal decisão foi conhecida através de uma conferência de imprensa da "troika", em agosto passado, os sindicatos pediram imediatamente audiências ao Ministro das Finanças e à APB, para sublinharem que os sindicatos jamais abdicarão de ver salvaguardadas todas as responsabilidades que os fundos, à altura, tinham perante os beneficiários."

Neste domínio, Mário Mourão adiantou que os sindicatos não permitiriam que fossem colocadas em causa as garantias resultantes do ACTV e dos IRCT: "De resto, são falsas as notícias postas a circular, por alguns órgãos de comunicação social, que diziam que os contribuintes iriam pagar o 13.º e o 14.º mês dos bancários, uma vez que esse dinheiro provinha exclusivamente dos descontos que a classe fez para os fundos de pensões e que agora passaram para o Estado, por cuja solvabilidade tem de se responsabilizar."

Historiando o processo, o presidente do SBN disse que só no final de dezem-

bro o Governo tinha apresentado um projeto de decreto-lei, em que não estavam contemplados aqueles direitos: "Os sindicatos procuraram então criar um ambiente suscetível de fazer sentar à mesma mesa as três partes interessadas – contando com o Governo e com os bancos – no sentido de ser negociado um acordo tripartido."

Os sindicatos conseguiram assim, embora em negociações particularmente difíceis, um acordo tripartido complementar, que salvaguarda os interesses dos bancários reformados até 31 de dezembro de 2011, interesses esses não vertidos no projeto governamental. Neste caso, sempre que houver aumentos salariais, os bancos procederão em conformidade com as suas responsabilidades."

Mário Mourão considerou, assim, que o acordo tripartido foi favorável, designadamente em termos de segurança, porque, a não ter sido conseguido, os valores das pensões iriam para os cofres do Estado, sem que os direitos dos bancários fossem salvaguardados: "E não esqueçamos que, se há alguns anos atrás era impensável que bancos fossem à falência, hoje a realidade é bem outra."

Mesmo assim, os sindicatos não consideraram que a forma de negociação tivesse sido a mais correta, motivo pelo qual endereçaram uma carta ao Presidente da República: "Pecou por tardia, o que deu, desnecessariamente, azo a dúvidas, perturbações e boatos."

No que diz respeito aos SAMS, os esclarecimentos couberam ao presidente do Conselho de Gerência, Sá Coutinho, que começou por dizer que aquele subsistema de saúde vai estar em contraciclo em 2012, esperando assim um ano melhor do que o anterior: "O Governo tem vindo a amortizar a dívida de 42 milhões de euros que o Estado tinha para connosco."

Sá Coutinho pronunciou-se depois sobre o encerramento faseado dos postos clínicos dos SAMS, que, neste momento, originam um prejuízo anual superior a um milhão de euros, dada a sua baixa ocupação: "O objetivo não é poupar mas investir com mais qualidade, proporcionando maior conforto aos beneficiários. Assim, este acordo com o SNS garante o futuro dos SAMS, até porque o futuro começa a construir-se no presente."

Por último, repudiou o facto de o sindicato dos quadros e o SIBS terem "despedido" os seus beneficiários a partir do próximo dia 31 de março, argumentando que, a partir dessa data, nada garantiria que os titulares dos cartões ainda fossem bancários. E fez o contraste com os SAMS do SBN, cuja direção clínica nunca deixou de estar ao lado dos trabalhadores do BPN, mesmo quando estes manifestam afetações de natureza psicológica, face à insustentável pressão a que estão a ser sujeitos. ■

Textos: FIRMINO MARQUES

Conselho Geral aprova Programa de Ação e Orçamento

Texto: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



O Conselho Geral do SBN, reunido em sessão extraordinária, apreciou e aprovou o Programa de Ação e Orçamento do Sindicato para 2012

Por outro lado, aprovou por unanimidade um documento da Direção, exigindo que nas negociações que eventualmente venham a ter lugar, para discutir a integração dos trabalhadores do BPN nas “empresas veículos”, seja defendido que estas

deverão aderir ao ACT do setor bancário; que seja garantida, a todos os trabalhadores daquela instituição de crédito que sejam integrados no BIC, a contagem de todo o tempo de serviço prestado, independentemente do banco de origem; que não seja permitido ao BIC escolher, a seu livre arbítrio, os trabalhadores com que pretende ficar, dada a inconstitucionalidade de tal intenção; e que, antes de outras medidas para reorganização do quadro de pessoal, seja aferida a possibilidade de recurso a reformas antecipadas, a acordos de rescisão amigáveis e à integração dos restantes noutras instituições de crédito, nomeadamente na CGD.

Entretanto, aprovou, também por unanimidade, uma proposta de apoio à luta dos trabalhadores do ex-Finibanco, nomeadamente, daqueles que se encontram em greve. Sublinhe-se que os associados do SBN implicados no processo mantêm a vontade de lutar por todas as formas legais ao seu alcance, incluindo a greve pelo tempo que for necessário, para que seja encontrado um acordo negociado através do Sindicato, que dê garantia de nenhum trabalhador ser definitivamente transferido para Lisboa sem o seu prévio acordo e sem a definição de compensações adequadas.

De resto, a reunião foi interrompida para que os corpos gerentes do SBN e a estrutura sindical enquadrassem um desfile-manifestação, convocado no quadro destas jornadas de luta e que juntou duas centena de participantes, que se concentraram frente às instalações do Montepio Geral, testemunhando, mais uma vez, a revolta pela atitude discriminatória da administração, que continua fechada ao diálogo, em flagrante contraste com o posicionamento de completa abertura desde sempre evidenciada pelo SBN, no sentido de serem encontradas soluções que não atentem contra os direitos humanos e laborais dos colaboradores do Montepio do Porto, ameaçados de inexplicável e inaceitável transferência para Lisboa, numa decisão que prefigura claramente um despedimento coletivo. ■



Festa de S. Martinho na Quinta das Laranjeiras

O SBN comemorou a festa de São Martinho em 26 de novembro, contando com a participação de cerca de duas centenas de associados e familiares.

A festa começou com uma visita cultural à Casa Museu Teixeira Lopes, em Vila Nova de Gaia, que nos recebeu na pessoa do diretor, Delfim Sousa, e nos deu a honra de assistir à pré-inauguração de uma exposição de Helder de Carvalho, “Rostos e pessoas – outros olhares”.

Foram visitados, ainda, uma exposição de pintura, da autoria de Luísa Prior, que nos brindou com a sua presença, bem como o projeto “Vida subterrânea”, de António Jorge Gonçalves, terminando a jornada com a exposição



permanente da obra e coleção de António Teixeira Lopes e Diogo Macedo, “Oficina e escultura”.

Seguiu-se a Quinta das Laranjeiras, na Lixa, onde se realizou o almoço, num ambiente rural, contrastando com o habitual frenesim do quotidiano.

Para proporcionar momentos de descontração e de confraternização, houve música ao vivo, altura em que os participantes tiveram oportunidade de dar o seu “pezinho de dança” até à hora de regresso ao Porto, ao fim da tarde. ■

Torneio aberto de ténis de mesa



O 3.º torneio aberto de ténis de mesa realizou-se em 10 de dezembro, nas instalações do SBN, em S. Brás. Esta prova contou com a presença de 15 tenistas, sócios do SBN, em representação de várias instituições de crédito.

De salientar o agradável convívio vivido entre todos os participantes. E estes foram os primeiros quatro classificados:

Luís Caldas – BCP
Mário Morais – CGD
Ramiro Ferreira – CGD
Hernâni Carneiro – BES ■

“À moda do Porto”



Instantâneos

No âmbito da exposição subordinada ao título genérico “À moda do Porto”, o Núcleo de Fotografia do SBN manterá patente a mostra intitulada “Instantâneos”, com obras de autoria de Aires Pereira, na Galeria do Sindicato – Rua Conde de Vizela, 145 de 1 de fevereiro a 7 de março, às quartas e quintas-feiras, das 15 às 17,30 horas. ■

SBC promove reuniões gerais de reformados por distrito

TEXTO: FREITAS SIMÕES / SEQUEIRA MENDES

A Direção do SBC decidiu realizar assembleias distritais de reformados, com vista ao esclarecimento cabal de todas as implicações que a transferência de parte dos fundos de pensões da banca para o Estado possa implicar. Esta transferência dos fundos decorre da assinatura do Acordo Tripartido assinado pela Febase, pela Associação Portuguesa de Bancos e pelo Governo e assinado em 21 de dezembro, no Ministério das Finanças.

Fazendo um pouco de história sobre esta matéria, recordaremos que a problemática da transferência dos fundos de pensões dos bancários para o Estado, para que a Segurança Social pague as reformas aos bancários é uma questão que tem já mais de 60 anos e constituiu sempre um forte desiderato dos bancários. E não foi de ânimo leve que as Direções dos sindicatos verticais subscritoras do acordo tomaram agora essa decisão. Bem pelo contrário, foram ouvidos técnicos abalizados em fundos de pensões, as Direções decidiram, ancoradas nestes pareceres, os respetivos Conselhos Gerais dos sindicatos verticais aprovaram largamente esta medida, bem como o Conselho Geral da Febase. Foi, em suma, uma decisão largamente pensada e maturada, em que as três Direções se apresentaram unânimes em tal decisão.

Coimbra: participando, os reformados deram a sua melhor prova de vida

No passado dia 4 de janeiro realizou-se uma reunião geral de associados reformados do distrito de Coimbra, convocada para esclarecer todas as implicações fu-



turas, resultantes da transferência dos fundos de pensões para o Estado dos reformados e pensionistas, ex-CAFEB, à data de 31 de dezembro de 2011.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral, Freitas Simões, abriu a sessão, fazendo um breve historial sobre as alterações ao sistema de proteção social dos bancários, tendo em vista a sua integração na Segurança Social. Alterações resultantes de três acordos tripartidos (Estado, APB e Sindicatos) e correspondente legislação, de que resultou a integração no regime geral da Segurança Social de todos os bancários

admitidos a partir de 3 de março de 2009 e dos que, admitidos antes daquela data, o integram a partir de 1 de janeiro de 2011. Finalmente, a transferência dos fundos de pensões dos reformados e pensionistas à data de 31 de dezembro de 2011 e objeto desta reunião de esclarecimento.

De seguida, o Presidente da Direção, Carlos Silva, deu início a uma longa e precisa intervenção, onde explicou a quem se aplica este 3.º Acordo Tripartido e as suas consequências. Explicou que depois da decisão, anunciada pela "troika", de transferir os fundos de pensões para o Estado, como única forma de cumprir o défice de 5,9% do PIB estipulado para o ano de 2011, só restavam aos Sindicatos e à Febase duas alternativas: ou se alheavam do processo e o Governo decretava a transferência sem necessitar da intervenção dos sindicatos ou exigiam sentar-se à mesa negocial, tendo em vista garantir um acordo que consagrasse todos os direitos constantes das várias convenções coletivas. Foi isso que fizeram e que conseguiram.

Criticou a forma tardia como os Sindicatos entraram nas negociações, responsabilizando o Governo por esse facto, já que a APB, a quem não interessa

cutados, em 2012, o 14.º mês e o subsídio de Natal.

A mesa, com o apoio técnico do Dr. José Frederico, do Gabinete Jurídico do Sindicato, respondeu às diversas questões, deixando a certeza de que tudo farão no caso de incumprimento da matéria agora legislada. De referir que não estamos livres de medidas que venham a ser tomadas pelo Governo, nomeadamente a nível fiscal, como aconteceu este ano, com o subsídio de Natal ou com o aumento de impostos para os reformados, aprovado no Orçamento de Estado para 2012.

Em relação aos reformados não abrangidos pelo presente acordo, o presidente da Direção informou que os contenciosos dos sindicatos já estão a trabalhar, no sentido de acionarem todos os mecanismos necessários, se não se cumprir o estipulado nos vários acordos coletivos de trabalho.

Os reformados estão de parabéns. O número de presentes e a sua participação ativa ultrapassaram todas as expectativas e foi, porventura, a sua melhor prova de vida. Para a Direção do Sindicato fica o louvor por esta iniciativa e a responsabilidade de não a deixar morrer. Vale sempre a pena dialogar com os associados, reformados ou ativos. E foi isso que ficou provado.

Guarda: debate muito vivo

Na Guarda teve lugar, também, uma reunião geral de reformados do distrito, no Auditório do Paço da Cultura, com a presença de cerca de 50 reformados, estando, por parte da Direção do SBC, o seu vice-presidente, Aníbal Ribeiro.

Este dirigente começou por fazer um levantamento histórico do Acordo Tripartido, desde 12 de agosto de 2011, data a partir da qual os sindicatos tomaram conhecimento da decisão do Governo, por exigência da "troika", de nacionalizar os fundos, única via sustentada para que o défice se situe nos valores pretendidos. Explicou, ainda, a quem se dirige e aplica, reforçou a sua importância e o valor jurídico que possui a sua publicação em anexo do Decreto-Lei, esclareceu que ficaram totalmente salvaguardados todos os direitos adquiridos e elencou todas as responsabilidades com que a banca ficou mesmo depois desta operação. Disse ainda que dos 21



mil milhões de euros que constituem a totalidade dos fundos apenas foram transferidos 6,2 milhões de euros, correspondentes aos reformados e pensionistas à data de 31 de dezembro de 2011. Explicou que, numa primeira fase, o governo manteve os sindicatos à margem das negociações que decorriam entre a APB e o Governo e que este, se assim o entendesse, tinha total legitimidade para proceder a esta nacionalização, sem qualquer interferência dos sindicatos.

Seguiu-se um debate muito vivo com toda a gente a participar, tendo sido esclarecidos muitos casos particulares, como aquele reformado, ex-BNU, a quem este acordo não se aplica.

Leiria: nenhum dos direitos adquiridos ficou aprisionado

Em Leiria, a reunião geral de reformados teve lugar no dia 6 e reuniu, numa unidade hoteleira, mais de uma centena de reformados, que se apresentaram dispostos a ouvir dos Corpos Ge-





rentes do seu Sindicato todas as informações e esclarecimentos sobre este assunto. Freitas Simões, Presidente da Mesa da AG/CG e que presidiu à reunião, fez a apresentação dos restantes elementos que compunham a mesa e endereçou a palavra ao Presidente da Direção, Carlos Silva, que fez uma abordagem histórica e exaustiva de todas as vicissitudes que esta matéria tem tido, ao longo dos últimos sessenta anos, fazendo ressaltar, como é óbvio, os últimos desenvolvimentos e que culminaram na assinatura do Acordo Tri-

partido sobre a transferência dos fundos de pensões.

A abordagem mais técnica desta transferência esteve a cargo de Freitas Simões e o Dr. José Frederico de- teve-se mais nos aspetos jurídicos e na interpretação do Decreto-Lei que suporta a referida transferência dos fundos.

O conteúdo do Acordo Tripartido foi largamente debatido, sendo referido que ele reflete que a transferência dos fundos é realizada no pressuposto da manutenção de todos os direitos adqui-

ridos pelos reformados e pensionistas, pressuposto que é essencial para a formação da vontade das partes, tendo sido ainda enaltecida a sua importância jurídica, ao ser publicado conjuntamente com o Decreto-Lei.

A ideia forte que ressaltou desta reunião e que deixou os bancários reformados e os pensionistas mais tranquilos foi que nenhum dos direitos adquiridos e plasmados nos diversos IRT ficou aprisionado, isto é, todos os direitos adquiridos foram salvaguardados e plasmados no Decreto-Lei que regula a transferência dos fundos de pensões para o Estado.

Os associados do distrito de Leiria saíram esclarecidos desta reunião geral e todas as dúvidas de que eram portadores foram totalmente esbati- das e os receios ultrapassados. ■

Viseu: 120 reformados responderam à chamada

Dado que a reunião de reformados de Viseu teve lugar no dia 10, não é tecnicamente possível incluir aqui a reportagem. Mas a elevada participação e interesse registados bem justifica que lhe demos o devido realce no próximo número.



STAS cria Universidade Sénior

Em outubro de 2011 o STAS criou a Universidade Sénior Pedro de Santarém que, estando neste momento numa fase de divulgação e instalação, tem como objetivos, entre outros:

- a) Oferecer aos alunos um espaço de vida socialmente organizado e adaptado às suas idades, para que possam viver de acordo a sua personalidade e a sua relação social;
- b) Proporcionar aos alunos a frequência de aulas e cursos onde os seus conhecimentos possam ser divulgados, valorizados e ampliados;
- c) Desenvolver atividades promovidas para e pelos alunos;
- d) Criar espaços de encontro na comunidade, que se tornem incentivos e estímulos a um sã espírito de convivência e de solidariedade humana e social;
- e) Divulgar e preservar a nossa história, cultura, tradições e valores;



- f) Fomentar e apoiar o voluntariado social;
- g) Desenvolver ações de formação social, pessoal e profissional para toda a comunidade.

Com a possibilidade de criação de polos em vários locais do País, nomeadamente Castelo Branco, Évora, Funchal, Leiria, Ponta Delgada e Porto, locais onde temos instalações, é em Lisboa que, neste momento, estão a ser dados os primeiros passos, depois de concluído um inquérito a todos os sócios do STAS.

A Universidade Sénior destina-se a pessoas com 50 ou mais anos de idade, que pretendam ocupar os seus tempos livres em convívio, trocando experiências e adquirindo alguns conhecimen-

tos nas mais diversas áreas, culturais e desportivas.

Estão também abertas inscrições para professores que pretendam dar a sua colaboração em regime de voluntariado e que queiram, em conjunto com os meios que lhes serão proporcionados, contribuir para este projeto.

Estamos inscritos na RUTIS – Rede de Universidades da Terceira Idade (www.rutis.pt), organização que dinamiza todas as universidades deste tipo existentes no País.

Para além da vantagem de frequentar as aulas propostas, existem vantagens pelo simples facto de serem membros da Universidade, nomeadamente descontos em aquisição de produtos e serviços nos mais diversos pontos e entidades do País.

Brevemente será apresentado o site da Universidade, onde poderão ser consultadas todas as propostas que apresentamos.

Até lá não deixe de consultar o STAS para o telefone 21 880 21 60 ou e-mail uspedrosantarem@stas.pt ■

**Inscreva-se
venha aprender
convivendo
salutarmente**



Comemorações natalícias nos Açores

Texto: **José Luís Pais**



O grupo de sócios do STAS presente na confraternização em Ponta Delgada

Associando-se à quadra natalícia, a Direção dos Açores promoveu o habitual convívio dos trabalhadores de seguros, desta vez na Praia da Vitória, Madalena do Pico e Ponta Delgada em 2, 3 e 9 de dezembro, respetivamente

A Direção Nacional esteve representada pelo presidente, Carlos Marques, nos dois primeiros locais e, na Ilha de S. Miguel, por José Luís Pais, 1.º vice-presidente, tendo ambos aproveitado a ocasião para

transmitirem aos presentes a informação sindical do momento.

Em paralelo, prestou-se homenagem aos sócios que completaram 25 anos de filiação no STAS e que receberam o emblema de prata.



Alguns dos participantes no convívio da Ilha do Pico

Para a posteridade aqui ficam os galardoados: Maria Goretti Barcelos e Paulo Alexandre Rocha, da Ilha Terceira; e Alexandre Correia Baptista, Elisabete Teixeira Pimentel e Maria Fernanda Pacheco, da Ilha de São Miguel.

Deste modo e pelos motivos evocados, todos os participantes tiveram o prazer de passar uma noite agradável e de significativa camaradagem. Uma palavra final de apreço pela forma empenhada como a Direção sindical local, "comandada" pelo colega José Maria, levou a efeito estes momentos de confraternização e que foram do inteiro agrado dos presentes. ■



Aspeto do convívio em Praia da Vitória


BENFICA EXTREME ADVENTURE PARK

VEM VIVER A MAIOR AVENTURA NO CORAÇÃO DA CIDADE

Parede de Escalada

Slide

Arborismo

Carrinhos de Rolamentos

e muito mais ...

Mais informações em:
www.jf-benfica.pt/Bx_Adventure/bx_benfica.html




Crianças até 12 anos: €9,50
 A partir dos 13 anos: €12,00
 Preços especiais para Grupos

convívio de Carnaval
Jovens Seguros

Prepare-se para a diversão!
 Traga consigo o espírito de folia e venha participar na Celebração do Entrudo à moda antiga, enaltecendo as vivências dos povos serranos, onde a tradição ainda é o que éral

Desfile Carnavalesco pelas Aldeias históricas
Concurso de Quadras Populares
Almoço Convívio
Baile de Máscaras

20 21 e 22
 de Fevereiro em GÓIS - Aldeias do Xisto

45 Euros - Refeições, Seguros e Alojamento
 (Não inclui Transporte)

82 Euros - Refeições, Seguros e Alojamento
 (inclui Transporte Lisboa - Góis e regresso)

Preços
 Para inscrições: www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . tel: 21 880 21 60



Centro de Férias e Formação

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Super oferta

Válida até ao final de março de 2012

Entrada aos domingos após as 14 horas
Saída na quarta-feira seguinte
após o pequeno-almoço

Preço por pessoa
60€
Meia Pensão

Campanha extensiva
aos associados
dos sindicatos da Febase

Conheça uma região privilegiada

Descubra as belezas
da região, passeando a pé
ou utilizando as bicicletas
de montanha que disponibilizamos
para o seu bem estar.

Aprecie, aqui tão perto,
recantos indescritíveis como:
Dornes, Albufeira de Castelo de Bode,
Lago Azul, o Centro Geodésico
de Portugal e muitos outros lugares que
nos enchem a alma de vontade
de regressar novamente.

Admire o vasto artesanato da região composto
de peças trabalhadas em madeira, barro,
vime, mantas de trapos e de lã, nomeadamente
as lindíssimas colchas e toalhas tecidas
em teares manuais.

Prove a fabulosa cozinha regional ribatejana.



Centro de Férias e Formação

Casal do Zote – Bêco
2240-208 Ferreira do Zézere
Tel.: 249 360 200
Fax: 249 360 290
centroferias.formacao@sbsi.pt